DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, quarta-feira, 17 de novembro de 1971 — **ANO IV - Nº 175**



TV EDUCATIVA EM BRASILIA - Dois projetos novos de TV Educativa, para Brasília e Goiás, serão desenvolvidos pela Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, a partir de janeiro próximo, em trabalho conjugado com a Secretaria de Educação e Cultura. A informação é do Professor Gilson Amado, Presidente da Fundação, que visitou o Governador Hélio Prates da Silveira, sendo recebido no Salão Nobre do Palácio do Buriti. O visitante se fazia acompanhar do Assessor Especial da Presidência, Sr. Jacy Campos, e da Jornalista Talita de Abreu. O Professor Gilson Amado informou ainda que um projeto mais amplo, em nível internacional, terá lugar nos meados do ano vindouro. Projetos especiais serão desenvolvidos na Amazônia e em Brasília. Segundo suas palavras. "de ianeiro em diante não há mais condição, no Brasil, para improvisar na área de TV Educativa". Destacou, ainda, a ajuda que está sendo dada pelo Govêrno alemão, através de técnicos e aparelhos

CENABRA GARANTIRÁ ABASTECIMENTO E PRODUTOS A BAIXO PREÇO NO DF

"Com a Central de Abastecimento funcionando, a partir do ano que vem, não haverá mais o problema de especulação, nem o de perda de safras por falta de mercado consumidor. O homem que produzir poderá colocar sua safra, e a população tôda vai ser beneficiada porque os preços não ficarão por conta de uns poucos intermediários".

A afirmação é do Secretário de Agricultura, Sr. Manoel Carneiro, durante a entrevista concedida a uma emissôra local de televisão, abordando as atividades de sua Pasta. Citou que cabe à Secretaria coordenar a política de produção de gêneros alimentícios e o abastecimento do Distrito Federal.

Sôbre a Central de Abastecimento (CENABRA), o Sr. Manoel Carneiro adiantou, ainda, que as máquinas do Convênio de Mecanização estão trabalhando em ritmo acelerado para concluir os trabalhos de terraplenagem o mais breve possível. Citou que os editais para a concorrência pública da construção dos prédios e fornecimento dos equipamentos estão sendo publicados nos jornais.

No setor de frutas, verduras e legumes, o Secretário esclareceu que vem ocorrendo um aumento de 15 por cento, ao ano, na produção. Os produtores de Brasília já abastecem grande parte da população com frutas e já estão saturando o mercado com legumes e hortaliças, pois começaram a promover a exportação do excesso de produção para o Amazonas, Pará, Mato Grosso, Bahia e Maranhão.

Para garantir a produção local a Secretaria oferece os serviços de desmatamento, gradeamento, além de obras rurais, com tratores alugados aos preços mais baixos do País, frisou o titular da Agricultura. "Temos agrônomos e veterinários à disposição dos produtores em todos os núcleos rurais, gratuitamente.

Essa equipe de técnicos trabalha com o apoio de um conjunto de laboratórios de pesquisa. Dispomos ainda de um Serviço de Revenda de Material Agropecuário que oferece adubos, calcario, sementes, ferramentas e outros equipamentos e materiais a preços de estímulo. No decorrer dêste ano o Serviço de Revenda negociou o volume de dois milhões e trezentos mil cruzeiros, concluiu o Sr. Manoel Carneiro.

SHIS CONSTRUIRÁ CASAS PARA O MME

Até o mês de junho de 1972, 150 novas residências serão construídas em Brasília destinadas aos servidores do Ministério das Minas e Energias radicados no Distrito Federal. Convênio neste sentido foi assinado hoje entre a SHIS e aquêle Ministério, sendo a cerimônia realizada no Gabinete do Ministro Dias Leite.

As unidades residenciais ficarão localizadas no Guará e fazem parte de um total aproximado de 800 casas, que serão construídas para servidores da administração, direta e indireta, daquele Ministério. Em nome do MME assinou o Ministro Antônio Dias Leite Junior e pela Sociedade Habitacional de Interêsse Social o Superinendente Waldoir Menezes Ferreira.

Estiveram ainda presente ao ato o Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia, Sr. Beijamim Mário Baptista; Srs. Kleber Farias Pinto e Eudes Galvão, da SHIS, e Sr. Anauro Ribeiro, Chefe do Gabinete do Ministro Dias Leite.

A área rural de Sobradinho contará com mais cinco escolas. As novas unidades atenderão aos moradores das regiões Queima-Lençol, Córrego do Ouro, Engenho Velho, Boa Vista e Fazenda. A escola de Queima-Lençol terá capacidade para atender a 75 alunos e as outras atenderão a 45, cada uma.

CEST CHAMA SERVIDORES

Os servidores inscritos "ex officio" pela Divisão de Orientação e Supervisão do Departamento de Ensino Elementar, para o Programa de Treinamento em Relações Humanas e Dinâmica de Grupo, estão sendo convocados pelo Centro de Seleção e Treinamento, da Secretaria de Administração.

Segundo o comunicado do CEST, deverá ser obedecido o seguinte calendário: turmas C e D, até 24 de novembro, de 14 às 17 horas; turma E, período de 16 a 29 de novembro, das 8 às 11 horas.

DIA DA BANDEIRA

O Dia da Bandeira, 19 de novembro, será comemorado em Brasília com cerimônia a ser realizada na Tôrre de TV, com início às 11:30 horas.

Da solenidade constam incineração de bandeiras velhas, hasteamento da Bandeira do Brasil e dos Estados e apresentação de números artísticos.

Crianças de escolas-classe procederão ao hasteamento das bandeiras dos Estados e alunos da Universidade de Brasília executarão o Hino à Bandeira.

Completando a cerimônia serão apresentados, pelos alunos das escolas do Departamento de Ensino Elementar, números de canto, poesias e jogral alusivo à data

GDF CONSTRUIU 49 ESCOLAS NO PERÍODO DE DOIS ANOS

Quarenta e nove estabelecimentos de ensino foram construídos no Distrito Federal, nos últimos dois anos, pelo GDF, através de sua Secretaria de Educação e Cultura, num total de 512 salas de aula. Foram construídos oito ginásios, sendo quatro orientados para o trabalho, 37 escolas-classe, distribuídos pelo Plano-Pilôto e cidades-satélites, além de quatro escolas na Zona Rural.

Os dados sôbre essas realizações se encontram no levantamento feito pela Divisão Técnica da SEC, responsável pela maioria dos projetos das escolas. Por êsse documento ficou constatado que o Ensino Primário do DF, possuindo, até 1969, o número de 738 salas de aula, foi acrescido, de 1o. de janeiro de 1970 a 20 de agôsto do corrente ano, de mais 402. O Ensino Médio, que contava até 1969 com 396 salas, passou a ter, no mesmo período, mais noventa e duas.

No ano de 1970 foram construídas em Braslândia 3 escolas-classe; em Sobradinho, 3; Planaltina, 1; Taguatinga, 1; Guará, 3; Núcleo Bandeirante, 1; Cruzeiro, 2; Setor Residencial do Lago, 1.

No mesmo ano, Planaltina foi beneficiada com um colégio; o Colégio do Gama recebeu mais 10 salas; Sobradinho e Cruzeiro ganharam ginásios e, na Asa Norte, foi construído um Ginásio Orientado para o Trabalho.

Neste ano foram construídas, na Asa Sul, 5 escolas-classe e, na Asa Norte, 3; no Gama, 5; na Ceilândia, 6 e, em Planaltina, 3. Em construção encontram-se 1 escola no Gama, 2 na Ceilândia e 1 no Cruzeiro. Estão sendo entregues, ainda, ginásios orientados para o trabalho na Ceilândia, em Brazlândia e na Asa Norte. Para atender à Zona Rural, foram constrídas 4 escolas nas localidades de Cabeça do Veado, Piripipau, Rio Prêto e Jardim.

NÔVO PROCESSO DE CALÇAMENTO ESTÁ SENDO USADO NO GAMA

Mais mil metros quadrados de calçadas estão sendo implantados na cidade-satélite do Gama, através de tratamento superficial simples, com emulsão asfáltica. O Engenheiro Vicente Lopes, do DVO da NOVACAP, que executa a obra, informou que o nôvo sistema está sendo utilizado pela primeira vez no Distrito Federal e è dos mais econômicos.

A calçada com tratamento superficial simples custa 1/3 da construída com concreto, que é de Cr$ 14,00 por metro quadrado, ocupando ainda menos mão-de-obra e pode ser executada em menor tempo. 180 metros quadrados de calçada estão sendo construídos diàriamente no Gama.

Os mil metros de passeio, ora em implantação no Setor Central, se estendem do prédio onde funciona o Curso Gama ao Ambulatório do INPS.

Não fume em locais perigosos, especialmente onde haja inflamáveis, ou à hora de deitar-se. A ponta de cigarro não deve ser atirada a êsmo.

AREA DE "INVASÃO" É ELIMINADA COM URBANIZAÇÃO: N. BANDEIRANTE

A área situada abaixo da Travessa Berocan, na cidade-satélite do Núcleo Bandeirante, cuja dimensão é de 15.000 metros quadrados, será urbanizada pelo Departamento de Viação e Obras da Novacap em colaboração com a Administração daquele núcleo regional.

Posteriormente, o Departamento Econômico da Novacap procederá à seleção de interessados para a ocupação de 231 lotes residenciais e 40 industriais, daquele setor.

Os 110 barracos de invasão, que ocupavam a área, foram transferidos para a Ceilândia, dentro das normas estabelecidas pela Comissão de Remoção de Invasões, da Secretaria de Serviços Sociais.

DESENVOLVIMENTO DO NÚCLEO BANDEIRANTE



Os Secretários Joiro Gomes da Silva, do Govêrno, e Delpho Pereira de Almeida, de Viação e Obras, acompanhados de Assessôres e Diretores da NOVACAP, durante uma explanação, acompanhada de gráficos, sôbre o que vem sendo realizado no Núcleo Bandeirante

Os Secretários Joiro Gomes da Silva, do Govêrno, e Delpho Pereira de Almeida, de Viação e Obras, acompanhados por Coordenadores da SEG e Diretores da NOVACAP, estiveram na cidade-satélite do Núcleo Bandeirante, a fim de conhecer de perto seus problemas e equacionar soluções.

O Sr. Gerson Monteiro Guimarães, Administrador do Núcleo Bandeirante, fêz exposição do programa de obras já executado e em execução, bem como das prioridades daquela cidade-satélite. Em seguida, as autoridades percorreram o Núcleo Bandeirante, detendo-se por mais tempo na 2a. Avenida, observando o problema de águas pluviais; na chácara que está sendo desapropriada pela NOVACAP para desimpedimento do final da 3a. Avenida, e na área onde habitavam 88 "excedentes" já removidos para a Ceilândia, e que será urbanizada.

Acompanharam os titulares da SEG e SVO os Srs. Thompson Scafuto, Paulo Janot Pacheco, Antônio Rodrigues da Silva, Hermogêneo Azerêdo Encarnação, Getúlio Leite Soares, José Venceslau Amaral, José Fabiano de Figueiredo, Stênio de Araújo Bastos, Kênio Martins Caldas e Vicente Lopes, da NOVACAP; José de Queirós Mesquita, Coordenador de Planos e Recursos, e Vital Moraes Andrade, Coordenador das Administrações Regionais, substituto, da Secretaria do Govêrno.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - **Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade - Divisão de Documentação. Diretor Responsável: J.P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília, 16° andar, telefone 24-1303. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00. Brasília, Distrito Federal.**

BRASÍLIA TERÁ PRESÉPIO VIVO DURANTE AS FESTAS NATALINAS

Um grande presépio com figuras vivas, representando o nascimento do Cristo, será armado pelo DETUR para os festejos natalinos. O local para a montagem do Presépio, que utilizará artistas de teatro de Brasília, ainda não foi definido pelo DETUR, ficando a escolha entre a Tôrre de Televisão e a Fonte Sonora Luminosa.

Também será realizado o tradicional desfile de "Papai Noel" pela Cidade. A partir do próximo dia 5 de dezembro a Tôrre de Televisão estará iluminada com a figura de "Árvore de Natal", e as vitrines das principais lojas da Cidade serão decoradas. A vitrine mais bem ornamentada e inscrita no concurso que será promovido pelo Departamento de Turismo receberá um prêmio especial.

O CEST-SEA FOI REPRESENTADO EM CONGRESSO DE PSICOPATOLOGIA

A importância da higiene mental preventiva foi um dos pontos mais significativos abordados durante o II Congresso Argentino de Psicopatologia Infanto-Juvenil, realizado de 21 a 24 de outubro, em Buenos Aires. A informação é da Psicóloga Mariana Alvim, do Serviço de Orientação Profissional do Centro de Seleção e Treinamento, da Secretaria de Administração, que estêve presente ao encontro.

Os relatórios oficiais do Congresso versaram sôbre a Identidade na Adolescência, as Psicoses na Infância, Psiquiatria Infantil na América Latina, Drogadição na Adolescência, Aspectos Psicológicos em Odontopediatria, Orientação Parental, Problemática Institucional, Análise Transacional, Psicofarmacologia, Psicopedagogia, Ideologia de Terapeuta e Critérios de Saúde na Adolescência, Formação de Terapeutas.

Salientou a Sra. Mariana Alvim que se dedicou preferencialmente ao exame das Psicoses na Infância, Psiquiatria Infantil na América Latina, Orientação Parental e Drogadição na Adolescência, que a experiência argentina na psicoterapia de grupo é muito grande e tem dado ótimos resultados, inclusive com os pais. E que, em algumas instituições é condição "sine qua non" para a matrícula da criança ou adolescente, que os pais também se submetam à psicoterapia de grupo, como já se vem fazendo com a psicoterapia individual.

O VII Festival de Brasília do Cinema Brasileiro será realizado êste ano de 3 a 9 de dezembro, conforme decisão do Conselho da Fundação Cultural do Distrito Federal. Êsse festival realiza-se anualmente, reunindo o que de melhor existe no cinema nacional, compreendendo diretores, astros, estrêlas e jornalistas especializados, dos grandes centros.

ARTIGOS DO ARTESANATO DO DF JÁ SÃO VENDIDOS NO AEROPORTO

Artigos de artesãos de Brasília serão vendidos na Loja de Artesanato, do Aeroporto. A Loja, pertencente à Fundação do Serviço Social, foi inaugurada por D. Vera de Almeida Silveira e pela Sra. Ana Maria Serra de Menezes.

Os mais variados trabalhos do artesanato brasiliense serão vendidos aos turistas. revertendo a renda em benefícios dos artistas, por iniciativa da FSS. Estiveram ainda presentes à inauguração o Sr. Otomar Lopes Cardoso, Secretário de Serviços Sociais; Sra. TRuth Passarinho, da C Casa do Pequeno Plegar; D. José Newton de Almeida, Arcebispo de Brasília; Roberto Veloso, Diretor do DETUR; José Lucena Dantas, Diretor-Executivo da Fundação do Serviço Social; e o Cel. Manoel Thimóteo da Costa, Administrador-Geral do Aeroporto.

INICIATIVA PIONEIRA - Falando aos presentes, o Sr. José Lucena Dantas, Diretor da FSS, salientou a importância daquele ato, colocando ao alcance do público trabalhos elaborados por mãos hábeis que nunca tiveram oportunidades maiores na vida, além do talento nato.

A idéia principal da FSS - salientou - era encontrar uma forma de recompensar e reconhecer êsses trabalhos e auxiliar os artesãos a vender os seus trabalhos. A loja terá o funcionamento normal, dentro do horário comercial, e faz parte dos planos da Fundação do Serviço Social de incentivo ao artesanato.

Disse o Professor Lucena Dantas que êste programa utiliza-se da atividade econômica como meio de legítima promoção humana, pois a produção artesanal à venda naquela loja é elaborada em lares humildes das cidades-satélites, por mãos laboriosas de chefes de famílias.

Informou que a Fundação do Serviço Social já tem agrupados cêrca de cem artesãos e que já está sendo desenvolvido um trabalho de melhoria do padrão de produção. Os produtos dêsses artesãos estão presentes na exposição de artesanato promovida na Guanabara pela USAID.

A FSS está implantando, assim, um mecanismo regular e permanente de incentivo ao artesanato típico do Planalto, tão procurado pelos turistas que nos visitam. Até dezembro de 1972 espera o programa alcançar até 500 artesãos, o que representará um instrumento de promoção humana e de desenvolvimento do ponto de vista social e turístico.

- A BOA CONSERVAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS TRAZ BENEFÍCIOS PARA VOCÊ UTILIZE-OS CONVENIENTEMENTE.

CONCURSADOS DA SEP FARÃO PSICOTESTES

Os 250 candidatos aprovados no Concurso para Agente Auxiliar de Polícia da Secretaria de Segurança, bem como os 140 classificados nas provas para Agente de Polícia, terão, ainda êste mês, de se submeter ao Teste Psicotécnico no Serviço de Orientação Profissional do Centro de Seleção e Treinamento da Secretaria de Administração.

As provas terão lugar nos dias 25 e 26 próximos, na sede do CEST.



II FACIBRA - O estande do Colégio da CASEB despertou o interêsse e a admiração de todos quantos visitaram a II Feira de Artes e Ciências de Brasília - FACIBRA, pelos trabalhos apresentados, dentre os quais o da aluna Zenóbia, da 3a. Série do curso noturno. Êsse trabalho, que foi classificado no Colégio em primeiro lugar em Geociência, é sôbre a Transamazônica. O Governador Hélio Prates da Silveira, o Secretário de Educação, Professor Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, e o Professor Antônio Lopes de Paula, Diretor do Ensino Médio, durante visita à Exposição, demoraram-se apreciando o trabalho da aluna do Colégio da CASEB, dela recebendo amplas explicaçoes.

SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO VÃO REUNIR-SE EM BRASÍLIA

Os Secretários Estaduais de Planejamento foram convocados pelo Ministro Reis Veloso para uma reunião, em Brasília, a realizar-se nos dias 15, 16 e 17 de dezembro.

O encontro é coordenado pelo Instituto do Planejamento, da Fundação Instituto de Planejamento Econômico e Social, e vísa ao exame de ítens de interêsse regional.

MAIS CASAS PARA FUNCIONÁRIOS TRANSFERIDOS - O Ministério das Minas e Energia firmou um convênio com a Sociedade de Habitações de Interêsse Social, de Brasília, para a construção de 150 casas no setor residencial do Guará, na Capital Federal.

As novas residências fazem parte de um total aproximado de oitocentas unidades, a serem construídas para os funcionários do Ministério das Minas e Energia que serão transferidos para Brasília.

INCRA FINANCIARÁ COOPERATIVAS NA TRANSAMAZÔNICA - A instalação de cooperativas, destinadas a atender os núcleos de colonização ao longo da Rodovia Transamazônica, será financiada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O empréstimo será a longo prazo e permitirá a formação do capital de giro das futuras emprêsas.

Ao mesmo tempo, o INCRA financiará a contratação de um gerente profissional para prestar serviços técnicos às cooperativas dos colonos.

EMPRÊSAS SOLUCIONAM DÍVIDAS COM O INPS - Dezesseis mil e quatrocentas e cinquenta emprêsas requereram o parcelamento de seus débitos com o INPS, atendendo à determinação da Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Segundo informou o Presidente do Instituto ao Ministro Júlio Barata, essas emprêsas apresentaram comprovação patrimonial e dos índices econômicos, bem como comprovação das contribuições referentes aos três últimos meses e manutenção em dia das contribuições vincendas.

De acôrdo com a Portaria ministerial, 15860 emprêsas requereram parcelamento normal e 509 parcelamento especial.

INPS REVISA PROVENTOS DE APOSENTADOS - Serão revistos e atualizados os proventos dos funcionários do INPS que passaram à inatividade antes de primeiro de janeiro de 1967.

O ato, entretanto, não alcançará os aposentados que tiverem tido incorporados a seus proventos os valôres de cargos em comissão ou função gratificada.

REGRESSA CHANCELER MÁRIO GIBSON - O Chanceler Mário Gibson Barboza encerrou, em Paramaribo, no Suriname, sua viagem de uma semana às Caraíbas, onde assinou duas declarações conjuntas, ofereceu linha de crédito de três milhões de dólares à Guiana e abriu novas perspectivas para o incremento das relações comerciais e culturais do Brasil com Trinidad e Tobago, a Guiana e o Suriname.

Depois de visitar o Governador do Suriname, o Ministro brasileiro foi recebido em sessão especial pela Comissão de Relações Exteriores do Parlamento. Em conversa com o Primeiro-Ministro, Sr. Jules Sedney, examinou as possibilidades de incrementar as relações entre os dois países nos campos do comércio, dos transportes, da cultura e da cooperação técnica.

Após o encontro no Parlamento, o Sr. Gibson Barboza participou ainda de reunião com o Comitê Econômico-Social do Gabinete, e compareceu a almôço oferecido pelo Governador, antes de partir com destino a Belém.

NOVOS PRAZOS PARA DECLARAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA - Os contribuintes do Impôsto de Renda, pessoas físicas, que tiverem impôsto a pagar ou direito a restituição, deverão apresentar sua declaração de rendimentos relativa ao exercício financeiro de 1972 até trinta de abril próximo. É o que determina Instrução Normativa baixada pelo Secretário da Receita Federal.

Quanto aos que estiverem isentos do impôsto, por apresentarem renda líquida inferior a 6 mil e 48 cruzeiros, terão mais um mês de prazo, ou seja, até 30 de maio.

CONSELHO DE CULTURA HOMENAGEIA UNESCO - O Conselho Federal de Cultura prestou no dia 12, no Rio, homenagem à UNESCO, pela passagem do vigésimo aniversário de criação daquela Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas.

SECRETÁRIOS DE AGRICULTURA DO NORDESTE ENCERRAM REUNIÃO - O Ministro da Agricultura encerrou em Natal a série de reuniões regionais com Secretários de Agricultura de todos os Estados brasileiros, promovidas para conhecer e resolver os problemas da agropecuária.

Ao encontro de Natal, compareceram os Secretários da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Mais de setenta proposições foram apresentadas e debatidas com o Secretário-Geral do Ministério da Agricultura e com Diretoras do Ministério e dos órgãos a êle vinculados.

O Ministro Cirne Lima sancionou as proposições aprovadas que dizem respeito ao preparo de pessoal para trabalhos agrícolas, pesquisa agropecuária, passagem de postos do Ministério para as Secretarias, beneficiamento de sementes, contrôle meteorológico e outros assuntos.

REUNIÕES INTERNACIONAIS - A 22 do corrente, será aberta em Assunção no Paraguai a Reunião do Grupo de Peritos em Financiamento de Projetos. Representando o Brasil, vai uma delegação chefiada pelo Primeiro-Secretário Narto Lanza, do Ministério das Relações Exteriores.

Para chefiar a delegação brasileira ao Décimo Primeiro Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem e à Sétima Reunião da Comissão Técnica de Trânsito, em Quito, no Equador, foi designado o Sr. Cloraldino Soares Severo, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

BRASÍLIA JÁ TEM CENTRO DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU - Com a presença do Governador do Distrito Federal e do Ministro da Educação, o Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal inaugurou o primeiro Centro de Ensino do Primeiro Grau nessa unidade da Federação.

Foi construído na Ceilândia, o nôvo núcleo habitacional para onde acabam de ser transferidos os moradores da antiga Invasão do I.A.P.I. Compreendendo cinco blocos, o Centro tem capacidade para abrigar setecentos alunos por período.

A obra foi projetada e executada para atender às finalidades do ensino fundamental a ser brevemente implantado em Brasília. Destina-se, entre outras coisas, a permitir a sondagem de aptidões dos alunos da quinta até a oitava séries e a complementar os currículos dos alunos de tôdas as séries do ensino do primeiro grau.

O Secretário, Professor Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, anunciou, na ocasião, que dentro de duas semanas será inaugurado idêntico Centro de Ensino de Primeiro Grau na cidade-satélite de Brazlândia, seguindo-se ainda êste ano mais quatro unidades em outros pontos do Distrito Federal. Outras 23 estarão concluídas até julho de 1972, dentro do plano de expansão do ensino elaborado pela Administração Hélio Prates da Silveira.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO - Continuam chegando ao Palácio do Planalto mensagens de aplausos ao Presidente Médici, pela criação do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O Governador de Goiás, Sr. Leonino Caiado, qualifica a criação do PROTERRA de "fruto percuciente da visão dos problemas nacionais e demonstração inequívoca pelo interêsse do desenvolvimento harmonioso da grande Nação brasileira". E acrescenta que "Goiás passará a integrar o esfôrço nacional, agora em condições mais favoráveis de liberar soma realmente expressiva de contribuição à economia do País".

O Governador Laudo Natel diz que os brasileiros de São Paulo apóiam e aplaudem a orientação de criar em todo o território nacional novos polos de desenvolvimento; e do Paraná, o Governador Haroldo Leon Peres assinala que a decisão destina-se a acelerar o desenvolvimento de uma extensa área, com benefício para todo o país.

Por sua vez, o Senador Filinto Muller diz, em sua mensagem: "Estou certo de interpretar o sentimento unânime do povo matogrossense, ao manifestar a Vossa Excelência imperecível gratidão pelo incalculável benefício que sua esclarecida e patriótica ação de Govêrno traz à nossa terra natal".

Chegaram ainda numerosos telegramas de prefeitos, presidentes de assembléias legislativas, sindicatos, emprêsas e associações, especialmente do Centro-Oeste, mas também de outros pontos do País.

ORIENTAÇÃO SINDICAL - O Coordenador-Geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço anunciou que a partir de 1972 será desenvolvido, em âmbito nacional, o Programa de Orientação Sindical sôbre o FGTS.

A adoção da medida, acrescentou o Sr. Edmo Lima Marca, decorre do plano elaborado para formação de orientadores sindicais devidamente habilitados e esclarecer os trabalhadores sôbre o sistema do Fundo de Garantia.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - Seis convênios assinados hoje pelo Ministro Reis Velloso, destinam recursos da ordem de 15 milhões de cruzeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para instituições de pesquisa na área do Govêrno Federal e Estadual.

O Ministro do Planejamento destacou que os projetos financiados objetivam a solução de problemas de desenvolvimento, lembrando ainda que estava sendo cumprida decisão do Presidente Médici, de destinar recursos adicionais ao setor da ciência e tecnologia.

O Presidente da República sancionou lei do Congresso Nacional, que altera a legislação relativa aos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e à eleição dos seus membros.

No corrente ano, essas eleições serão realizadas nos têrmos da lei de 1969, até 30 de novembro para o Conselho Federal e até 20 de dezembro para Regionais, - com a participação, para êstes últimos, de um têrço do total dos membros eleitos pelas entidades sindicais.

-o-

Será realizado em Brasília o Quarto Congresso Interamericano do Ministério Público, que o Ministério da Justiça vai promover, em convênio com a Federação das Associações Estaduais do Ministério Público.

A autorização presidencial foi concedida atendendo a exposição de motivos do Ministro Alfredo Buzaid.

A legislação que autorizou o Executivo a instituir, nos três Ministérios Militares, um programa especial de bôlsas de estudos a acadêmicos de Medicina de faculdade oficial ou reconhecida, acaba de sofrer algumas mudanças.

Cónstam de lei votada pelo Congresso Nacional, e agora sancionada pelo Presidente da República.

CURSO DE INDIGENISMO NA UnB - A Universidade de Brasília, em convênio com a FUNAI, iniciou o Terceiro Curso de Indigenismo, que conta com a participação de representantes de diversos Estados, num total de 58 alunos.

O Curso terá uma duração de 45 dias, e os Técnicos de Indigenismo diplomados nos cursos anteriores, após estágios de noventa dias, estão sendo nomeados para os diversos Postos Indígenas.

PÚBLICO PREMIARÁ FILMES - Os frequentadores de cinema serão ouvidos, para escolher dois melhores filmes do ponto de vista do grande público, no Sétimo Festival de Brasília do Cinema Brasileiro que se realizará de três a nove de dezembro.

Diàriamente, após a exibição dos filmes, será colhida a opinião do público. E com base nessa pesquisa serão distribuídos dois prêmios "Candangos", nas categorias de curta e longa metragem.

(Noticiário extraído do programa radiofônico "A VOZ DO BRASIL", preparado pela Agência Nacional do Gabinete Civil da Presidência da República)



RESERVA BIOLOGICA EM AGUAS EMENDADAS - A Reserva Biológica de "Aguas Emendadas", situada à 40 quilômetros do Plano Pilôto, começou a ser povoada com diversos casais de macacos, quatis, tamanduás, antas, capivaras, marrecos, jaburus, araras, saracuras, mutuns, jaós e outras espécimes que têm seu habitat na região do Planalto Central. O Secretário de Agricultura, Sr. Manoel Carneiro, foi pessoalmente a "Águas Emendadas" soltar os animais e aves que irão enriquecer a fauna regional. Vivendo pelas matas da Reserva Biológica, os novos habitantes estarão protegidos e servirão mais tarde para se ter uma amostragem do conjunto silvestre. Os pequenos animais colocados em "Águas Emendadas" foram retirados do Jardim Zoológico porque estavam superlotando o Parque, que ainda não está com todos os seus viveiros construídos. O Diretor Zoobotânico, Sr. Clovis Fleury de Godoi, selecionou os animais excedentes e orientou o Administrador da Reserva quanto aos cuidados a serem adotados, inclusive sôbre a alimentação a ser ministrada

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO N.º 1.852 DE 17 DE novembro DE 1971

Abre crédito suplementar no valor de CR$ ..... 7.357.500,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O Governador do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe conferem o art. 6º, item II da Lei nº 5 641, de 03 de dezembro de 1 970, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais do Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de CR$ 7.357.500,00 (sete milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos cruzeiros) às Unidades Orçamentárias, abaixo mencionadas, nas dotações que especifica:

GABINETE DO GOVERNADOR
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 500.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 35.000,00
3.2.5.0 - CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL 10.000,00

DEPARTAMENTO DE TURISMO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 60.000,00

PROCURADORIA GERAL
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 25.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 7.000,00

SECRETARIA DO GOVÊRNO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 20.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 15.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA - I - BRASÍLIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 7.500,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA - IV - BRAZLÂNDIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 500,00

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 1.000.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - SALÁRIO-FAMÍLIA
01.00 - Pessoal-Civil 220.000,00

SECRETARIA DE FINANÇAS
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 1.200.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 100.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 1.250.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 90.000,00

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.2 - Pessoal Militar 2.630.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - SALÁRIO-FAMÍLIA
04.00 - Inativos Militares 91.000,00
05.00 - Pensionistas 3.500,00
3.2.7.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 93.000,00
3.2.7.5 - Pessoas

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos têrmos do art. 43, § 1º, item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação, em igual valor de dotações orçamentárias, das Unidades abaixo discriminadas e pelos recursos oriundos da União, através do Decreto nº 69.378, de 18 de outubro de 1 971, publicado no Diário Oficial de 19 de outubro de 1 971, na seguinte forma:

RECURSOS DA UNIÃO
Decreto nº 69.378, de 18 de outubro de 1 971 4.708.500,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA - I - BRASÍLIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 238.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA - VIII - JARDIM
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 181.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 5.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 690.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 110.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 550.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 30.000,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 80.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário Família 130.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1 - Pessoal Civil 490.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.3 - Salário-Família 60.000,00

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.3.2 - PENSIONISTAS
01.00 - Pensões Militares 25.000,00
3.2.3.3 - SALÁRIO-FAMÍLIA
02.00 - Pessoal Militar 60.000,00

Art. 3º - Os valores de que trata o artigo 1º dêste Decreto integrarão as seguintes Atividades:

Programa 01 - Administração
Subprograma 01 - Administração
TUR/2.004 - Manutenção das Atividades do Departamento de Turismo 60.000,00
PRG/2.005 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral 32.000,00
SEA/2.024 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração 1.220.000,00
SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Govêrno 35.000,00
RA /2.007 - Manutenção das Atividades da Região Administrativa I - Brasília 7.500,00
RA /2.015 - Manutenção das Atividades da Região Administrativa IV - Brazlândia 500,00
Subprograma 04 - Administração Superior (Executivo)
GAG/2.001 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Governador 415.000,00
Subprograma 07 - Administração Fiscal e Financeira
SEF/2.025 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças 1.300.000,00

Programa 07 - Defesa e Segurança
Subprograma 12 - Segurança Pública
PMDF/2.076 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do Distrito Federal 2.817.500,00
Programa 08 - Educação
Subprograma 10 - Educação Física e Desportos
GAG/2.002 - Manutenção das Atividades do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação 130.000,00
Programa 14 - Saúde e Saneamento
Subprograma 01 - Administração
SES/2.036 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde 1.340.000,00

Art. 4º - Os valores de que trata o artigo 2º do presente Decreto será deduzidos das seguintes Atividades:

Programa 01 - Administração
Subprograma 01 - Administração
RA/2.007 - Manutenção das Atividades da Região Administrativa I - Brasília 238.000,00
RA/2.023 - Manutenção das Atividades da Região Administrativa - VIII - Jardim 186.000,00
SSP/2.067- Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Públicos 360.000,00
SVO/2.051- Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras 210.000,00
Programa 03 - Assistência e Previdência
Subprograma 01 - Administração
SSS/2.045 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Sociais 580.000,00
Programa - 08 - Educação
Subprograma 01 - Administração
SEC/2.030 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura 800.000,00
Programa 14- Saúde e Saneamento
Subprograma 01 - Administração
SLU/093 - Manutenção das Atividades do Serviço Autônomo - de Limpeza Urbana 190.000,00
Programa 07 - Defesa e Segurança
Subprograma 12 - Segurança Pública
PMDF/2.076 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do Distrito Federal 85.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 17 de novembro de 1 971.
83º da República e 12º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR

JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Govêrno

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

JÚLIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS
Secretário de Educação e Cultura

ÁLVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES
Secretário de Saúde

PAULO DA FÔNSECA VIANA
Secretário de Serviços Públicos

OTOMAR LOPES CARDOSO
Secretário de Serviços Sociais

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Secretário de Viação e Obras

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

DECRETO N.º 1.853 DE 17 DE novembro DE 1971

Abre crédito suplementar no valor de CR$..... 17.156.856,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O Governador do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe conferem o art. 6º, item II da Lei nº 5 641, de 03 de dezembro de 1 970, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais do Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de CR$ 17.156.856,00 (dezessete milhões, cento e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis cruzeiros) às Unidades Orçamentárias, abaixo mencionadas, na proporção discriminada, nas dotações que especifica.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
3.2.1.4 - INSTITUIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL
- Fundação Zoobotânica do Distrito Federal 3.800.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
3.2.1.4 - INSTITUIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL
- Fundação Educacional do Distrito Federal 9.290.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.1.0 - SUBVENÇÕES SOCIAIS
3.2.1.4 - INSTITUIÇÕES DO DISTRITO FEDERAL
- Fundação Hospitalar do Distrito Federal 3.316.856,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.7.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.7.4 - ENTIDADES DO DISTRITO FEDERAL
- Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF) 750.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, será financiado nos têrmos do art. 43, § 1º, item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pelos recursos oriundos da União, através do Decreto nº 69.378, de 18 de outubro de 1 971, publicado no Diário Oficial de 19 de outubro de 1 971.

Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão-as seguintes Atividades:

Programa 02 - Agropecuária
Subprograma 01 - Administração
SAP/2.028 - Manutenção das Atividades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal 3.800.000,00
Programa 08 - Educação
Subprograma 01 - Administração
SEC/2.031 - Manutenção das Atividades da Fundação Educacional do Distrito Federal 9.290.000,00
Programa 14 - Saúde e Saneamento
Subprograma 01 - Administração
SES/2.037 - Manutenção das Atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal 3.316.856,00
Programa 15 - Transporte
Subprograma 01 - Administração
DER/2.063 - Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF) 750.000,00

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 17 de novembro de 1 971.
83º da República e 12º de Brasília.

HÉLIO PRATES DA SILVEIRA
GOVERNADOR

JOIRO GOMES DA SILVA
Secretário do Govêrno

ANTONIO AVANCINI FRAGOMENI
Secretário de Finanças

JÚLIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS
Secretário de Educação e Cultura

ÁLVARO JOSÉ DE PINHO SIMÕES
Secretário de Saúde

MANOEL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE FILHO
Secretário de Agricultura e Produção

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Secretário de Viação e Obras

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

PROCESSO No.: 25 201/71
INTERESSADO: LAURA DA SILVA - mat. 8 538
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do despacho da Coordeação do Sistema de Pessoal.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 25 209/71
INTERESSADO: AMARO JOAQUIM DE SOUZA - mat. 17 034
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 905 134/71
INTERESSADO: SÍRIO JOSÉ DE SOUZA - mat. 1 434
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular pelo período de 1 (um), a partir de 30 de novembro de 1971, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 970 989/71
INTERESSADO: LETÍCIA BARBOSA PÔRTO - mat. 6997
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 7 de fevereiro de 1972, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 25 711/71
INTERESSADO: PEDRO COSTA DE OLIVEIRA - mat. 9716
ASSUNTO: Requer abono de faltas
Ratifico, meu despacho de fls. 5 publicado no Distrito Federal no. 75, de 21.05.71, indeferindo, a solicitação de abono de falta, nos têrmos do disposto no artigo 169, inciso II, da Lei no. 1711/52.
Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 26 856/71
INTERESSADO: EDGARD BEZERRA DA SILVEIRA - mat. ... 9768
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 12 de dezembro de 1971, de acôrdo com o artigo ... 110, do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 970 989/71
INTERESSADO: LETÍCIA BARBOSA PORTO - mat. 6997
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois), a partir de 7 de fevereiro de 1972, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 905 134/71
INTERESSADO: SÍRIO JOSÉ DE SOUZA - mat. 1 434
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 1 (um), a partir de 30 de novembro de 1971, de acôrdo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 25 201/71
INTERESSADO: LAURA DA SILVA - mat. 8 538
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

Indefiro, por falta de amparo legal, nos têrmos do despacho da Coordenação do Sistema de Pessoal.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO No.: 25 209/71
INTERESSADO: AMARO JOAQUIM DE SOUZA - mat. 17 034
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERÊSSE PARTICULAR

CONCEDO, nos têrmos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1o., inciso I, do Decreto "E" no. 339, de 12 de dezembro de 1967, licença para trato de interêsse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acôrdo com o artigo 110 do Estatuto.

Brasília, 12 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

Processo no.: 28 695/71
Interessado: Gabinete-SEA

DESPACHO: Nos têrmos da alínea "a" inciso II, artigo 3o. do Decreto no. 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor de SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIROS DO SUL S/A, para aquisição de passagem aérea, bem como, autorizo a emissão do Empenho no valor de Cr$1 108,00 (hum mil, cento e oito cruzeiros)

Brasília, 9 de novembro de 1971
CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário deAdministração

Processo no.: 26595/71
Interessado: Gabinete-SEA

DESPACHO: Nos têrmos da alínea "c", inciso II, artigo 3o. do Decreto no. 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma Irmãos Mizuno Ltda., para aquisição do Material bem como, autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ ..... 120,00 (cento e vinte cruzeiros)

Brasília, 08 de outubro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

Processo no.: 26 049/71
Interessado: Coordenação do Sistema de Racionalização e Produtividade-CSRP

DESPACHO: Nos têrmos da alínea "c", inciso II, artigo 3o. do Decreto no. 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material, a favor das firmas Lex Ltda - Editora, Departamento de Imprensa Nacional e Fundação Getúlio Vargas, bem como autorizo a emissão das Notas de Empenho nos valores de Cr$520,00 (quinhentos e vinte cruzeiros), ... Cr$150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) e Cr$317,00 (trezentos e dezessete cruzeiros), para cada firma, respectivamente.

Brasília, 22 de outubro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

Processo no.: 28 803/71
Interessado: Gabinete -SEA

DESPACHO: Nos têrmos da alínea "f", inciso I, artigo 3o. do Decreto no. 1703, de 31 de maio de 1971, combinado com o inciso II, artigo 1o. do Decreto "E", no. 340, de 12 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto no. 1718, de 16 de junho de 1971, dispenso a licitação para prestação do serviço pela COMPANHIA DE ÁGUA E ESGÔTO DE BRASÍLIA-CAESB, bem como, autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 983,74 (novecentos e oitenta e três cruzeiros e setenta e quatro centavos).

Brasília, 1o. de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

PROCESSO : 960 964/71
INTERESSADO: REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DESPACHO: Nos têrmos do art. 3o., inciso I, alínea "f", do Decreto no. 1703, de 31/05/71, combinado com o Art. 1o., inciso II, do Decreto "E" no. 340, de 12/12/67, alterado pelo art. 1o., do Decreto no. 1718, de 16/06/71, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado às fls. 05, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho a favor da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A-SAB, no valor de Cr$311,00 (trezentos e onze cruzeiros).

Em 11 de novembro de 1971

CID FERREIRA LOPES FILHO
Secretário de Administração

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CARGOS

597a REUNIAO:

PROCESSO: no. 31.695/67
INTERESSADO: OLIVAL PEREIRA DA SILVA
ASSUNTO: RECLASSIFICAÇÃO
RELATO: JOÃO BATISTA PONTE

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Clasficação e Acumulação de Cargos, acolhendo por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão;

"Está prescrito o direito de petição para modificar a classificação do interessado. Pelo indeferimefto do pedido, por falta de amparo legal."

Brasília, 14 de Outubro de 1971

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

JOÃO BATISTA PONTE
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CARGOS

602a REUNIÃO:

PROCESSO : No. 26.83771
INTERESSADO: JOSÉ CIRIACO DE MOURA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO:
RELATOR: ILDEU DINIZ

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Clasificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

1- Pela readaptação do funcionário JOSÉ CIRIACO DE MOURA, Recreador, nível 07, no cargo de DATILÓGRAFO, nível 07, do QPPDF.

II- Pelo envio ao Centro de Seleção e Treinamento, para o concurso específico.

Brasília, 04 de novembro de 1971

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

602a. REUNIÃO:

PROCESSO: No. 26.780/71
INTERESSADA: DALVA LINDALVA MARIA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Clasficação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade o voto do Relator, adota a seguinte Decisão;

I- Pela readaptação da funcionária LINDALVA MARIA, Atendente, nível 09, no cargo de Técnico Auxiliar de Mecanização nível do QPPDF.

II- Pelo envio ao Centro de Seleção e Treinamento, para o concurso específico.

Brasília, 04 de novembro de 1971

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

603a REUNIÃO

PROCESSO : No. 17.128/71
INTERESSADO: ANTONIO GOMES de souza
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOÃO BATISTA PONTE

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Clasificação e Acumulação de Cargos, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

I- Pela readaptação do funcionário ANTONIO GOMES DE SOUZA

Trabalhador, nível 01, nos Têrmos do Laudo Médico.

II- Pelo encaminhamento da matéria ao Centro de Seleção e Treinamento, para o concurso específico confmrme sugere o Relator.

Brasília, 09 de novembro de 1971.

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

JOÃO BATISTA PONTE
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

603a. REUNIÃO

PROCESSO: No. 970.940/71
INTERESSADO: GERALDO ALVES DA SILVA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO:
RELATOR: JOÃO BATISTA PONTE

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

I- Pela readaptação do funcionário GERALDO ALVES DA SILVA, Atendente, nível 09, no cargo de Técnico Auxiliar de Mecanização, nível 09, do QPPDF.

II- Pelo envio ao Centro de Saúde e Treinamento, para o concurso específico.

Brasília 09 de novembro de 1971.

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

JOÃO BATISTA PONTE
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

603a. REUNIÃO

PROCESSO: No. 970.957/71
INTERESSADA: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA DIAS
ASSUNTO: READAPTAÇÃO:
RELATOR: JOÃO BATISTA PONTE

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unamidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

1- Pela readaptação da funcionária MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA, DIAS, Atendente, nível 09, no cargo de Técnico Auxiliar de Mecanização nível 109 do QPPDF.
II- Pelo envio ao Centro de Seleção e Treinamento, para o concurso específico.

Brasília 09 de novembro de 1971.

JOSÉ VENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

JOÃO BATISTA PONTE
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
Membro

603a REUNIÃO

PROCESSO: No. 20.112/71
INTERESSADO: ADERSON GOMES PEREIRA
ASSUNTO: READAPTAÇÃO
RELATOR: JOÃO BATISTA PONTE

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

I- Pela readaptação do funcionário ADERSON GOMES PEREIRA, Trabalhador, nível 01 nos têrmos do Laudo Médico.

II- Pelo encaminhamento do processo ao Centro de Seleção e Treinamento, para o concurso específico, conforme sugere o Relator.
me sugere o Relator.

Brasília, 09 de novembro de 1971

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Presidente

LÊDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Membro

JOÃO BATISTA PONTE
Membro

ILDEU DINIZ
Membro

JOSÉ QUEIROZ MESQUITA
Membro

CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO No. 242/71-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" no. 511, de 24 de junho de 1 966,

RESOLVE:

Designar HENRIETTE NOYER para ministrar 80 (oitenta) horas-aula de "Arte na Educação" nos Cursos "Arte da Educação", "Iniciação à Arte na Educação", "Arte na Educação para Orientadores e Diretoras" e "Artes Visuais", durante o período de 03 a 12/11/71, conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971
JOSÉ EXPEDITO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 243/71-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" no. 511 de 24 de junho de 1966,

RESOLVE:
Designar TOM MIX GUIMARÃES, para ministrar 20 (vinte) horas-aula de "Noções de Eletricidade" no Curso de "Artes Industriais", durante o período de 03 a 12/11/71, conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 244/71-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, o uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" no. 511, de 24 de junho de 1966,

RESOLVE:

Designar ALAYDE DO VALLE DOURADO, matrícula 04608, para ministrar 60 (sessenta) horas-aula de "Didática e Atividades" Praticas" no Curso de "Arte na Educação para Orientadores e Diretoras", durante o período de 16/11 a 14/12/71, conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 245/71-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" no. 511 de 24 de junho de 1966,

RESOLVE:
Designar MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 2187, para Coordenar durante o período de 03/11 a 14/12/71, as atividades de Execução do "Programa de Treinamento em Educação Artística para Professôres do Ensino Elementar da Secretaria de Educação e Cultura - PREART", conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 246/71-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federl, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Iniso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" no. 511, de 24 de junho de 1966,

RESOLVE:

Designar RUBEM VALENTIM DE SOUZA para ministrar 40 (quarenta) horas-aula de "História da Arte" nos Cursos "Arte na Educação para Orientadores e Diretores" e "Artes Visuais" durante o período de 16/11 a 29/11/71, conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 247/71-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13 Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento, aprovado pelo Decreto "N" no. 511, de 24 de junho de 1966,

RESOLVE:

Designar MARIA ANTONIETA MIRANDA MARTINS, Matrícula 83 928, para ministrar 30 (trinta) horas-aula de "Didática e Atividades Práticas" no Curso de "Artes Industriais", durante o Período: 16/11 a 06/12/71, conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO No. 248/71-CEST

O DIRETOR DO CENTO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 13, Inciso XIV, Capítulo I, do Regimento Interno do Centro de Seleção e Treinamento aprovado pelo Decreto "N" no. 511, de 24 de junho de 1966,

RESOLVE:

Designar LÚCIA ALENCASTRO VALENTIM DE SOUZA, Matricula 17 838, para ministrar 50 (cinquenta) horas-aula de "Didática e Atividades Práticas" no Curso de "Iniciação à Arte na Educação", durante o período de 16/11 a 09/12/71, conforme Edital no. 066/71-CEST.

Brasília, 01 de novembro de 1971

JOSÉ EXPEDICTO BARBOSA
Centro de Seleção e Treinamento
Diretor

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DO PESSOAL
DIVISÃO DO PESSOAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1 971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no..... 25232/71,

RESOLVE:

retificar a apostila à ORDEM DE SERVIÇO "P" - DP, no. 896/65, de 18.10.65, expedida a WIRES ARAÚJO Motorista, nível 8-A, matrícula no. 1365, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para declarar que o servidor averba neste Govêrno, 592 dias de efetivo exercício prestados à Fundação Educacional do Distrito Federal, no período de 11.10.61 a 31.05.63, ou seja, 1 ano, 7 meses e 17 dias.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE - Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE NOVEMBRO DE 1971.

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o O.I. no. 104/71-SSS,

RESOLVE:

colocar, ANTONIO RAMOS DA SILVA, Operador Rural, nível 06 matrícula no. 16297 e SEVERINO MACENA DE SOUZA, Servente, nível 05, matrícula no. 13929, ambos do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, lotados na Secretaria de Serviços Sociais, à disposição da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, a partir desta data.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE NOVEMBRO DE 1971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no..... 25225/71,

RESOLVE:

expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a JAIME DE SOUZA, Marceneiro, nível 8-A, matrícula no. 15474, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno 1639 dias de Efetivo exercício prestados à NOVACAP no período de 08.05.61 a 08.11.65, ou seja, 4 anos, 5 meses e 29 dias.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE NOVEMBRO DE 1971.

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no..... 25455/71,

RESOLVE:

expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a PEDRO ALVES MONTEIRO, Carpinteiro, nível, 10-B, matrícula no. 12229, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 1784 dias de efetivo exercício prestados à

NOVACAP, no período de 20.10.60 a 08.11.65, ou seja 4 anos, 10 meses e 24 dias.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Diretor da Divisão do Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoa,da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 501140/71,

RESOLVE:

retificar a apostila à ORDEM DE SERVIÇO 'p'-DP-no. 375/66, expedida a WALDEMIR RAIMUNDO DA SILVA, Apontador Fiscal, nível 8-B, matrícula no. 2 945, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para declarar que o servidor averba neste Govêrno, 426 dias de efetivo exercício prestados ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, no período de 01.06.61 a 31.07.62, ou seja, 1 ano, 2 meses e 1 dia.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 23063/71,

RESOLVE:

retificar a apostila à PORTARIA SEA, de 06.02.69, expedida a JOSÉ DA SILVA GARROTE, Oficial de Administração, nível 14-B, matrícula no. 7 941, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para declarar que o servidor averba neste Govêrno, 1 600 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 05.06.61 a 08.11.65, ou seja, 4 anos, 4 meses e 20 dias.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1971

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Processo no. 25910/71,

RESOLVE:

expedir a presente ORDEM DE SERVIÇO a EZEQUIEL SOARES DA SILVA,Nivelador, nível 9-A, matrícula no. 15 973, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, pela qual averba neste Govêrno, 2 093 dias de efetivo exercício prestados à NOVACAP, no período de 08.02.60 a 08.11.65, ou seja, 5 anos, 8 meses e 28 dias.

WLADIMIR DA MOTTA REZENDE
DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DA RECEITA

ATOS DO DIRETOR

INSTRUÇÃO NORMATIVA - ICM No. 01/71-DPR.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, usando das atribuições que lhe confere o artigo 99 do Regulamento aprovado pelo Decreto no. 1697 de 27 de maio de 1 971,

RESOLVE:

Art. 1o. - A apuração, informação e recolhimento do ICM serão efetivados na Guia Única de Informação, Apuração e Recolhimento do ICM (artigo 16, item I do Regulamento do ICM e artigo 80, § 1o., do SNIIEF), de acôrdo com o modêlo constante do Anexo I.

Art. 2o. - A guia deverá ser preenchida, à máquina, pelo contribuinte, em 5 (cinco) vias que terão a seguinte destinação:

a) 1a. via, confeccionada em papel sulfit de 24 Kg. para o contribuinte;

b) 2a. via, confeccionada em papel superbond de 20 Kg., côr verde claro, para o Ministério da Fazenda (o encaminhamento será feito pelo Servico de Cadastro/DTD, no prazo de 45 dias após o recebimento pelo órgão arrecadador);

c) 3a. via, confeccionada em papel superbond de 20 Kg., côr rosa, para o Serviço de Contrôle da Arrecadação/DAr.;

c) 4a. via, confeccionada em papel superbond de 20 Kg., côr amarelo claro, para o Serviço de Cadastro/DTD;

e) 5a. via, confeccionada em papel superbond de 20 Kg., côr alaranjado, para o órgão recebedor.

Parágrafo Único - O espaço "Contribuinte", existente na guia será preenchido mediante aposição de carimbo, que conterá:

I - número de inscrição no Distrito Federal;
II - número de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;
III - firma ou razão social;
IV - enderêço completo.

Art. 3o. - A Relação de Saída de Mercadorias de que tratam os artigos 83 a 87 do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais será exigida a partir do ano de 1 972, do contribuinte, que a entregará na Inspetoria Fiscal de sua circunscrição até 31 de março.

Parágrafo Único - A INSPETORIA FISCAL encaminhará a Relação de que trata êste artigo ao SERVIÇO DE APOIO À FISCALIZAÇÃO até 30 de abril, que a remeterá à Unidade da Federação de destino das mercadorias até 31 de agôsto.

Art. 4o. - Ficam os contribuintes dispensados do uso do Demonstrativo do Crédito de Equipagamentos Industriais e da Relação de Entrada de Mercadorias (artigos 62 e 93 do SNIIEF).

Art. 5o. - O contribuinte que requerer a baixa de inscrição de seu estabelecimento, não possuindo Livro Diário, deverá apresentar a Declaração do Movimento Econômico, conforme modêlo constante do Anexo II, relativo aos exercícios com atividade.

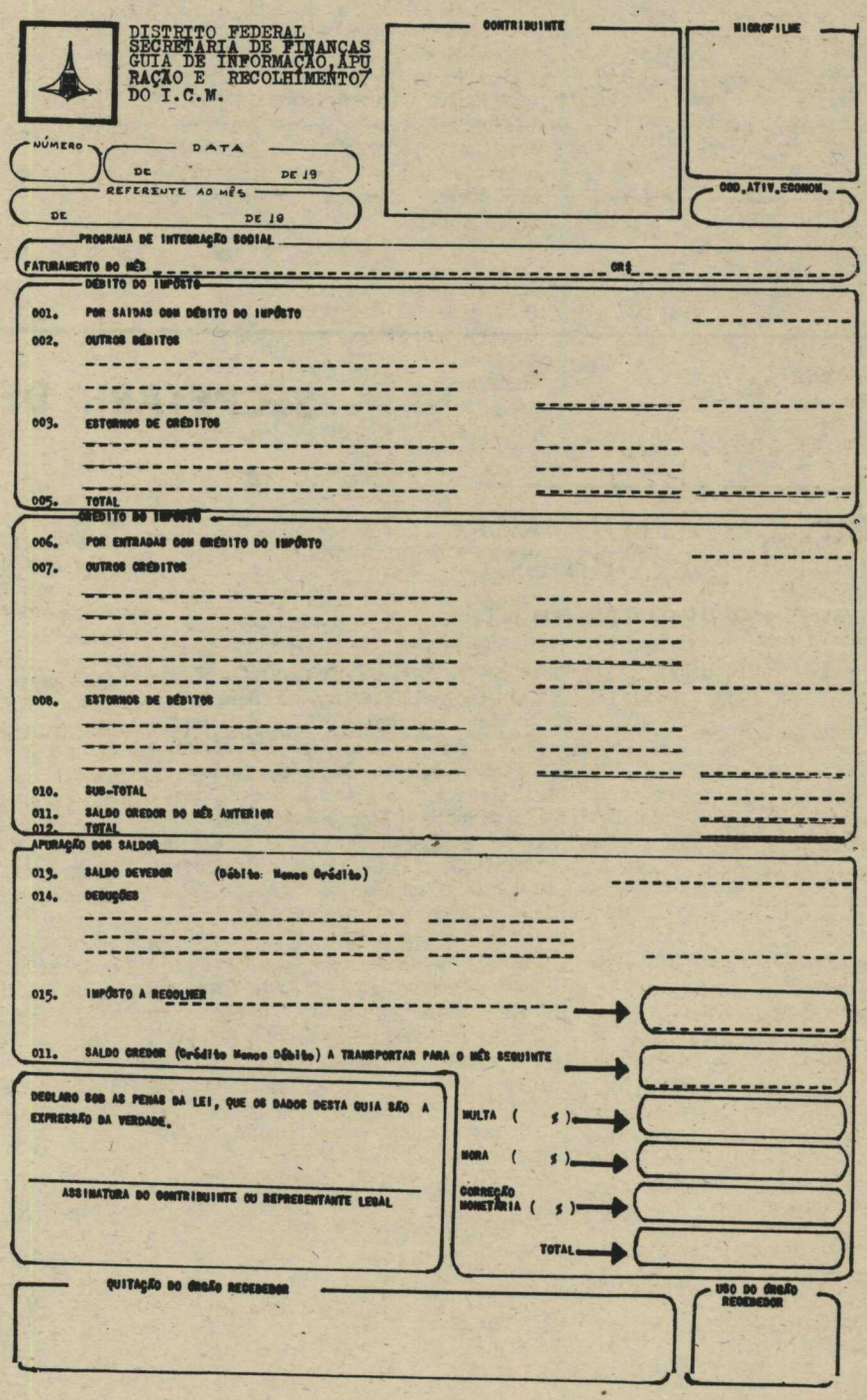
Art. 6o. - Fica atualizada, conforme § 1o. do art. 40 do Regulamento do ICM, a tabela de coeficientes médios de lucro bruto para aferição do lucro mínimo presumível a que se refere a Instrução no. 9/69-DPR, como segue:

1. açougues - 20%
2. atacadistas em geral - 20%
3. bares e restaurantes - 40%
4. bijouterias - 50%
5. depósito de bebidas - 45%
6. depósito de ferro-velho em geral - 30%
7. farmácias - 30%
8. ferragens e materiais de construção (mercadoria e frete) -40%
9. indústrias alimentícias - 20%
10. indústrias de artefatos de barro e cimento - 30%
11. indústrias de bebidas e derivados - 50%
12. indústrias de carnes e derivados - 20%
13. indústrias de vestuários e calçados - 50%
14. joalheria e relojoaria - 50%
15. madeiras (mercadoria e frete) - 30%
16. móveis e aparelhos eletrodomésticos - 50%
17. óticas - 50%
18. papelarias, livrarias e indústrias gráficas - 35%
19. peças e acessórios diversos 35%
20. peças e acessórios para veículos - 40%
21. peixaria - 30%
22. produtos horti-fruti-granjeiros - 20%
23. secos e molhados - 25%
24. sorveteria 50%
25. tabacaria - 11%
26. tabacaria mista - 30%
27. tecidos e armarinhos - 40%
28. atividades não especificadas - 30%

Art. 7o. - A presente Instrução entrará em vigor a partir de 1o. de outubro de 1 971, tendo em vista a vigência do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 30 DE SETEMBRO DE 1 971

DARIONE NUNES CARDOSO
Departamento da Receita
Diretor



REFERENTE AO MÊS — DE — DE 19 — INSCRIÇÃO ESTADUAL

ENTRADAS

COD. FISCAL	VALORES CONTÁBEIS		I.C.M. - VALORES FISCAIS			
			OPERAÇÕES COM CRÉDITO DO IMPÔSTO		OPERAÇÕES SEM CRÉDITO DO IMPÔSTO	
	PARCIAIS	SUB-TOTAIS	BASE DE CÁLCULO	IMPÔSTO CREDITADO	ISENTAS OU NÃO TRIBUTADAS	OUTRAS
1.01						
1.02						
1.03						
1.04						
1.05						
1.06						
1.07						
1.08						
1.99						
2.01						
2.02						
2.03						
2.04						
2.05						
2.06						
2.07						
2.08						
2.99						
3.01						
3.02						
3.99						
TOTAIS						

SAIDAS

COD. FISCAL	VALORES CONTÁBEIS		I. C. M. - VALORES FISCAIS			
			OPERAÇÕES COM DÉBITO DO IMPÔSTO		OPERAÇÕES SEM DÉBITO DO IMPÔSTO	
	PARCIAIS	SUB-TOTAIS	BASE DE CÁLCULO	IMPÔSTO DEBITADO	ISENTAS OU NÃO TRIBUTADAS	OUTRAS
5.01						
5.02						
5.03						
5.04						
5.05						
5.06						
5.07						
5.08						
5.99						
6.01						
6.02						
6.03						
6.04						
6.05						
6.06						
6.07						
6.08						
6.09						
6.99						
7.01						
7.99						
TOTAIS						

290 mm

215 mm

ANEXO II - INSTRUÇÃO NORMATIVA - I C M Nº 01/71-DPR

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

DECLARAÇÃO DO MOVIMENTO ECONÔMICO DOS CONTRIBUINTES DO ICM E ISS

DECLARAÇÃO DO ANO BASE DE 19

IDENTIFICAÇÃO DA FIRMA

Firma ou Razão Social — Inscrição n.o
Denominação do Estabelecimento — Matriz, Filial, Esc. de Vendas
Endereço do Informante — C. G. C. N.o
Endereço da Matriz
Atividade
Reg. no — N.o — DE — Capital Registrado NCr$ — Início da Atividade / /

ESTABELECIMENTOS DEPENDENTES

ESPÉCIE	ENDEREÇO	ESPÉCIE	ENDEREÇO

NOTA Cada estabelecimento da mesma pessoa fará declaração em separado. Na declaração da Matriz ou Escritório Central, serão indicados a espécie e o endereço de todos os estabelecimentos dependentes localizados no Distrito Federal.

MERCADORIA E MATÉRIA PRIMA	PATRIMÔNIO	ENCARGOS GERAIS
Recebidas por compra NCr$	Imóveis NCr$	Aluguéis dos imóveis NCr$
Recebidas em consig. NCr$	Instal., móveis e utens. NCr$	Aluguéis de máquinas e equipamentos NCr$
Recebidas em transfer. NCr$	Veículos NCr$	Pagtos. de "royalties" NCr$
Consignadas NCr$	Máquinas e equipam. NCr$	Encargos de Prev. Social NCr$
Transferidas NCr$	Marcas e Patentes NCr$	Salários bonificações, comissões, etc. NCr$
Estoque em 31-12 NCr$	Ações NCr$	Retiradas e honorários NCr$
Estoque em 31-12 NCr$	NCr$	Óleo, combustíveis, lubrific. e peças p/ máq. e veícul. NCr$
		Outras despesas e manut. de máquinas e veículos NCr$
		Obrigações gerais, (água, luz, fôrça, etc.) NCr$
		Seguros NCr$
		Imposto NCr
		Outras despesas NCr$

RECEITA	LIVROS FISCAIS COMERCIAIS EM USO	
Por venda de mercadoria NCr$		
Por prest. de serv., inclusive c/ emprêgo de materiais NCr$		
Receita bruta NCr$		

NOTA
1 O estabelecimento que, além de se dedicar à compra e venda de mercadorias, declarará a receita dessas atividades separadamente.

Assumo inteira responsabilidade pelas declarações prestadas.

Brasília, de de 19

O Informante

DADOS COMPLEMENTARES

Recebi a Declaração de Movimento Econômico prestada pela Firma — Inscrição N.o — Declaração do ano base de
Endereço — EM / / 19

O Funcionário - Mat.

A falta de Prestação de Declaração importará na multa variável de acôrdo com a Let.

PDF/SF/1224 — 20.000/03/69

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU", DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV, do artigo 28 do Regimento aprovado pelo Decreto no. 1742, de 14 de julho de 1971, e tendo em vista o que consta do processo no. 501 504/71,

RESOLVE:

DECLARAR VAGA, a partir de 1o. de novembro de 1971, 1 (um) emprêgo de TRABALHADOR, símbolo EP-1, da Tabela de Empregos Permanentes do SLU, bloqueado pelo servidor JOAQUIM ANTONIO DE PAULA, matrícula no. 11 743, do QPPDF em razão de seu retôrno a Secretaria de Serviços Públicos.

Brasília, 4 de novembro de 1971

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO "SLU", DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV do artigo 28 do Regimento aprovado pelo Decreto no. 1742. de 14 de julho de 1971 e tendo em vista o que consta do processo no. 501 504/71,

RESOLVE:

DECLARAR VAGO, a partir de 1o. de novembro de 1971 1 (um) emprêgo de TRABALHADOR símbolo EP-I, da Tabela de Empregos Permanente do SLU, bloqueado pelo servidor JOSÉ LOPES DA CRUZ, matrícula no. 2714, do QPPDF, em razão de seu retôrno a Secretaria de Serviços Públicos.

Brasília, 4 de novembro de 1971

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO "SLU", DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV do artigo 28 do Regimento aprovado pelo Decreto 1742, de 14 de julho de 1971 e tendo em vista o que consta do processo no. 501 504/71,

RESOLVE:

DECLARAR VAGO, a partir de 1o. de novembro de 1971. 1 (um) emprêgo de TRABALHADOR, símbolo EP-1, da Tabela de Empregos Permanentes do SLU bloqueado pelo servidor JOÃO RIBEIRO SOARES matrícula no. 2628, do QPDF, em razão de seu retôrno a Secretaria de Serviços Públicos.

Brasília, 4 de novembro de 1971

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV, do artigo 28, do Regimento Aprovado pelo Decreto no. 1742, de 14 de julho de 1971, e tendo em vista o que consta do processo no. ..... 501/513/71.

RESOLVE:

DECLARAR VAGO, a partir de 1o. de novembro de 1971 1 (um) emprêgo de FEITOR, símbolo EP-3, da Tabela de Empregos Permanente do SLU, bloqueado pelo servidor JOSÉ DA SILVA DAMASCENO, matrícula no. ... 2754, do QPPDF, em razão de seu afastamento para gôzo de licença especial.

Brasília, 4 de novembro de 1971

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 4 DE NOVEMBRO DE 1971

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA, da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XV, do artigo 28, do Regimento aprovado pelo Decreto no. 1742, de 14 de julho de 1971, e tendo em vista o que consta do processo no. 501 513/71.

RESOLVE:

DECLARAR VAGO, a partir de 1o. de novembro de 1971 1 (um) emprêgo de MOTORISTA, símbolo EP-6, da Tabela de Empregos Permanente do SLU, bloqueado pelo servidor NATANAEL MENDES LUCAS, matrícula no. 2841 do QPPDF, em razão de seu afastamento para gôzo de licença especial.

Brasília, 4 de novembro de 1971

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

SECRETÁRIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇAO DE 13 DE OUTUBRO DE 1971.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que dispõe a Resolução no. 41/71,

RESOLVE:

AFRÂNIO FERNANDES BORGES, Auxiliar de Portaria, Matrícula, 216 da TEP, para substituto eventual, do Chefe da Seção de Zeladoria e Vigilância, da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento de Administração, da Diretoria Executiva desta Fundação.

Distrito Federal, 13 de outubro de 1971

OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente

INSTRUÇAO DE lo. de NOVEMBRO DE 1971.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe da Resolução 41/71, Art. 6o., letra "c",

RESOLVE:

atribuir ao servidor DION GOMES CURADO, a Gratificação de Representação, no valor de 10% (dez por cento) do salário, com vigência a partir desta data.

Distrito Federal, lo. de novembro de 1971.

OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente

INSTRUÇAO DE 08 DE NOVEMBRO DE 1971.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, a partir desta data, HELIET LÚCIA RENDENE DE ABREU, Assistente Social do QPPDF, bloqueando o Emprêgo de Assistente Social II, da TEP desta Entidade, do Emprêgo em Comissão, símbolo EC-04, de Chefe da Divisão de Triagem e Atendimento ao Menor, do Departamento de Bem Estar do Menor, da Diretoria Executiva desta Fundação.

Distrito Federal, 08 de novembro de 1971

OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente

INSTRUÇAO DE 25 DE OUTUBRO DE 1971

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Resolução no. 41/71

RESOLVE:

designar, a partir desta data, JULIETA CARLOS BRAZ, Ajudante de Escritório II, matrícula no. 278 da TEP, para substituir em seus impedimentos eventuais o Chefe do Setor de Administração do Centro de Desenvolvimento Social de Brazlândia, da Coordenação de Ação Comunitária de Brazlândia, do Departamento de Ação Comunitária, desta Diretoria Executiva, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Distrito Federal, 25 de outubro de 1971.

OTOMAR LOPES CARDOSO
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO

ORDEM DE SERVIÇO DE lo. DE NOVEMBRO DE 1971.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, alínea "j", do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo.. FSSDF-1626/71,

RESOLVE:

elogiar, os servidores, ANTONIO EMANNUEL DA SILVA, Auxiliar Administrativo I, Matrícula 226, Chefe da Seção de Reprodução e Mimeografia, ROMILDES LEANDRO DE ANDRADE, Ajudante de Escritório II, Matrícula 285, ANTONIO SILVA QUINTINO, Ajudante de Escritório I, Matrícula 336, ANTONIO AMÉRICO DOS SANTOS, Ajudante de Escritório I, Matrícula 599, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, pelo esmêro, dedicação e excelente desempenho de suas funções, nesta Entidade.

Distrito Federal, lo. de novembro de 1971.

JOSÉ LUCENA DANTAS
Diretor Executivo

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA No. 81, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1971

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar, a partir desta data, de acôrdo com o art. 75, item II, alínea "a" da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 63 do Decreto lei no. 274, de 28 de fevereiro de 1967, a Auxiliar Instrutiva, símbolo TC-9, MARIA ALICE DE OLIVEIRA FREIRE, do cargo em comissão de Secretária símbolo TC-8, do Quadro de pessoal dos Serviços Auxiliares dêste Tribunal, aprovado pelo Decreto-lei no. 378, de 23 de dezembro de 1968, lotada no Gabinete da Presidência, em virtude de ter sido designada para exercer outra função.

Brasília-DF, em 12 de novembro de 1971
JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO
DE ASSUNÇAO
Presidente

PORTARIA No. 82 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1971

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar VERA BEATRIZ MENNA BARRETO MUSSOI, do cargo em comissão de Secretária, símbolo TC-7, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares dêste Tribunal, aprovado pelo Decreto-lei no. 378, lotada no Gabinete do Conselheiro Salvador Nogueira Diniz, a nomeá-la com fundamento no art. 12, item III, da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 63 do Decreto-lei no. 274, de 28 de fevereiro de 1967, para exercer o cargo em comissão de Secretária, símbolo TC-8, do mesmo Quadro de Pessoal, com lotação no Gabinete da Presidência.

Brasília-DF, em 12 de novembro de 1971

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO
DE ASSUNÇAO
Presidente

PORTARIA No. 83, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1971

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido pelo Tribunal em sua 1 089a. Sessão Ordinária, realizada a 11 de novembro corrente,

RESOLVE:

Designar, a partir desta data, MARIA ALICE DE OLIVEIRA FREIRD, Auxiliar Instrutiva, símbolo TC-9, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares dêste Tribunal, para Encarregada da Mecanografia do Gabinete, atribuindo-lhe a Gratificação de Representação de Gabinete no valor de Cr$700,00 (setecentos cruzeiros) mensais.

Brasília-DF, em 12 de novembro de 1971

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO
DE ASSUNÇAO
Presidente

PORTARIA No. 84 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1971

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, § 3o. do Regimento Interno e tendo em vista a indicação feita pelo Conselheiro SALVADOR NOGUEIRA DINIZ,

RESOLVE:

Nomear, com fundamento no art. 12, item III, da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 63 do Decreto-lei no. 274, de 28 de fevereiro de 1967, SOCORRO DE MARIA SILVA SOARES, para exercer o cargo em comissão de Secretário, símbolo TC-7, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares dêste Tribunal, aprovado pelo Decreto-lei no. 378, de 23 de dezembro de 1968, com lotação no Gabinete do citado Conselheiro.

Brasília-DF, em 12 de novembro de 1971

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO
DE ASSUNÇAO
Presidente

PORTARIA No. 85 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1971

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 52, item I, do Regulamento dos Serviços Auxiliares dêste Tribunal.

RESOLVE:

Designar, de acôrdo com o art. 73, § 1o. da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com o art. 63 do Decreto-lei no. 274, de 28 de fevereiro de 1967, o Contador, símbolo TC-4 VITORIO DIAS MANHETTI, Chefe do Serviço de Administração, símbolo TC-3, para exercer em substituição, o cargo em comissão de Diretor-Geral, símbolo TC-8, nas faltas e impedimentos do titular.

Brasília-DF, em 12 de novembro de 1971

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO
DE ASSUNÇAO
Presidente

PORTARIA No. 86 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1971

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 52, item III, do Regulamento dos Serviços Auxiliares dêste Tribunal,

RESOLVE:

Designar, de acôrdo com o art. 73, § 1o. da Lei no. 1711, de 28 de outubro de 1 952, conbinado com o art. 63 do Decreto-lei no. 274, de 28 de fevereiro de 1967, o Auxiliar Instrutiyo, símbolo TC-8, AFONSO LADISLAU SATAS, Chefe da Seção de Pessoal símbolo TC-4, para exercer, em substituição o cargo em comissão de Chefe do Serviço de Administração, símbolo TC-3, nas faltas e impedimentos do titular.

Brasília-DF, em 12 de novembro de 1971

JOSÉ WAMBERTO PINHEIRO
DE ASSUNÇAO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 8/71

O TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido pelo E. Plenário em sua Sessão Ordinária nº 1088ª, do dia 9 de novembro de 1.971, conforme processo nº 965/71-STC,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Analítico do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na forma abaixo:

CODIGOS	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	SITUAÇÃO ANTERIOR Cr$	SITUAÇAO NOVA Cr$
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO		
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS		
05	Passagens, transp. de Pessoas e s/ Bagagens	2.000,00	10.000,00
17	Reparos e Conservação de Bens	13.000,00	18.000,00
22	Serviços Médicos, Hospitalares e Odontológicos	40.000,00	27.000,00
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS		
02	Recepções e Hospedagens	2.000,00	12.000,00
09	Seguros de Bens	10.000,00	5.000,00
99	Eventuais	25.000,00	20.000,00
3.2.0.0	TRANSFERENCIAS CORRENTES		
3.2.5.0	CONTRIB. DE PREVIDENCIA SOCIAL		
3.2.5.1	Obrigações das Entidades Públicas	15.400,00	13.400,00
3.2.5.2	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço	3.600,00	5.600,00
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.3.0	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES		
06	Aparelhos de Comunicação	15.000,00	10.000,00
16	Automóveis, Caminhões e Semelhantes	180.000,00	185.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1.971

JOSÉ WAMBERTO
CYRO VERSIANI DOS ANJOS
GERALDO FERRAZ
HERACLIO SALLES

ATA DA 1086a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 26 dias de outubro de 1971, às 15,00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros Cyro Versiani dos Anjos e Heráclio Salles, os Auditores Jesus da Paixão Reis e Luiz Zaidman, a Procuradora-Geral, Doutora Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente, Conselheiro José Wamberto, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE:

Foram aprovadas as atas da 1085a. Sessão Ordinária e 136a. Sessão Especial.

JULGAMENTOS
RELATADOS PELO CONSELHEIRO CYRO VERSIANI DOS ANJOS

PROCESSO No. 353/71 - STC - Contrato firmado entre o Distrito Federal e o farmacêutico Abeguar Herdy de Oliveira. - O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria Geral, solicitando parecer.

processo no. 383/70 -STC- (apenso: 374/71-STC) Convênio celebrado entre o Govêrno do Distrito Federal e o Ministério da Agricultura. - O Tribunal, em face do esclarecimento de que não ocorreu despesa à conta do erário do Distrito Federal e tendo em vista que as questões suscitadas pela Inspetoria Geral envolvem matéria de conveniência de Administração, decidiu tomar conhecimento do convênio, determinando a devolução, à Secretaria de Agricultura e Produção, do processo no..... 29.068/70, de que trata o ofício no. 163/71-SAP.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HORACLIO SALLES

PROCESSO No. 688/71 - Aposentadoria do servidor Antônio Nogueira Neto. -O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO No. 704/71 - Cancelamento de NE no. 311/71-DM emitida pela Região Administrativa III - Taguatinga, a favor da firma Metalúrgica Francalanza S/A.

PROCESSO No. 699/71 - Cancelamento da NE no. 417/71 - DM, emitida pela Região Administrativa III - Taguatinga, a favor da casa dos Tapetes Lides Ltda.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução da 2a. via da NE em questão.

PROCESSO No. 884/71- STC - Notas de Empenho emitidas pela Secretaria de Administração. - O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO No. 271/71 - STC - Relatório da comissão designada para proceder à inspeção em processos de adiantamento sob a guarda da Divisão de Exame de Contas da Secretaria de Finanças do Distrito Federal. - O Tribunal decidiu autorizar a inspeção sugerida pela Inspetoria Geral.

PROCESSO No. 376/71-STC - Representação da Inspetoria Geral sôbre diligência não atendida - O Tribunal decidiu fôsse oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, na forma sugerida pela Inspetoria Geral.

PROCESSO No. 895/71 - Representação da Diretoria Geral referente à contratação de pessoal. - O Tribunal decidiu permanecesse o processo em mesa.

RELATADOS PELO AUDITOR JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO No. 712/71- Balancetes Patrimonial e Financeiro da Fundação Educacional do Distrito Federal, referente ao mês de agôsto de 1 971. - O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

PROCESSO No. 697/71 - Tomada de Contas do Chefe de Serviço do Material da Secretaria de Educação do Distrito Federal, referente ao exercício de 1 970. - O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria Geral, solicitando parecer.

PROCESSO No. 713/71 -Contrato de Compra e Venda firmado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e a firma Manufatora Furcare S/A - Indústria de Carrocerias. - O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria Geral, solicitando parecer.

PROCESSO No. 433/71 - Prestação de Contas da Fundação Educacional do Distrito Federal. relativo ao exercício de 1 970.

PROCESSO No. 485/71 (apenso proc. 541/71) - Prestação de Contas da Fundação Cultural do Distrito Federal, relativo ao exercício de 1 970.
- O Tribunal julgou regulares as contas dos administradores e ordenou que lhes expedissem as provisões de quitação.

RELATADOS PELO AUDITOR LUIZ ZAIDMAN

PROCESSO No. 714/71 - Balancetes Financeiro e Orçamentário e Demonstrativo da Receita e Despesa da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referentes ao mês de agôsto de 1 971.

PROCESSO No. 708/71 - Balancetes Financeiro, Orçamentário e Patrimonial da Fundação Cultural do Distrito Federal, referentes ao mês de agôsto de 1971.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria Geral, para futura contrasteação com as contas anuais das entidades.

PROCESSO No. 663/71 - Tomada de Contas do Chefe da Seção de Material e Transporte da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, referente ao exercício de 1 968. -O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria Geral, solicitando parecer.

PROCESSO No. 695/71 - Alteração de Orçamento Sintético da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria Geral, para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, às 17,00 horas, o Presidente declarou encerrada a Sessão e ordenou a lavratura da presente ata que lida e achada conforme, vai subscrita por mim, JOMAR MACIEL PIRES Secretário, e assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

JOSÉ WAMBERTO

CYRO VERSIANI DOS ANJOS

GERALDO FERRAZ

HERÁCLIO SALLES

SALVADOR DINIZ

ÉLVIA LORDELLO CASTELLO BRANCO

ATA DA 1087ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 4 dias do mês de novembro de 1971, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros Cyro Versiani dos Anjos, Geraldo Ferraz, Heráclio Salles, Salvador Diniz, os Auditores Jesus da Paixão Reis, Luiz Zaidman, a Procuradora-Geral, Doutora Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente, Conselheiro José Wamberto, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1086ª Sessão Ordinária.

O Tribunal decidiu dirigir-se em telegrama ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, cumprimentando Sua Excelência pelo passagem do segundo aniversário do seu Govêrno.

Em seguida, o Sr. Presidente comunicou ao Plenário o falecimento, ocorrido ontem, do servidor desta Casa, Israel Pereira da Silva.

O Auditor Luiz Zaidman apresentou o projeto do Ato Regimental nº 5, de cuja elaboração fôra incumbido, em Sessão de 16 de setembro último.

JULGAMENTOS

Relatados pelo Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos

PROCESSO 902/71-STC - Notas de Empenho da Polícia Militar do Distrito Federal.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO 725/71 - Decreto 1820, que abre Crédito Suplementar em Favor da Polícia Militar do Distrito Federal, no valor de Cr$. 268.000,00.- O Tribunal decidiu aprovar o crédito em questão.

PROCESSO 693/71 - Aposentadoria do servidor Sebastião Dutra.- Havendo pedido vista a Conselheiro Heráclio Salles, foi adiada a votação da matéria.

PROCESSO 1067/70-STC (apenso:proc. 1066/70-STC) - Representação da Inspetoria-Geral, em que se solicita requisição dos processos de tomada de contas do responsável por material da Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e Polícia Militar do Distrito Federal.- O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento do processo.

PROCESSO 934/71-STC - Representação da Diretoria-Geral sôbre tomada de preços para aquisição de diversos materiais.- O Tribunal autorizou a aquisição, na forma sugerida pela Diretoria-Geral.

PROCESSO 844/71-STC - Representação da Diretoria-Geral, em que se propõe substituição dos veículos desta Côrte.- O Tribunal decidiu aprovar a permuta proposta pela Sociedade "Chrysler Corporation do Brasil", dos veículos "Chevrolet Opala" por automóveis "Dodge Dart", com o equipamento especificado e com base na avaliação das viaturas desta Côrte, feita pela comissão de servidores designada para êsse fim.

Relatados pelo Conselheiro Geraldo Ferraz

PROCESSO 721/71 - Ofício do Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, em que se solicita devolução do processo referente à reforma do SD/PM Higino Afonso da Cunha.- O Tribunal decidiu fôsse dado conhecimento ao Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal de que o processo solicitado se encontra incluído entre os remetidos àquela Corporação, com o ofício nº GP 666/70.

PROCESSO 834/71-STC - Notas de Empenho do Gabinete do Governador.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

Têrmos de ocupação de área firmados entre o Distrito Federal e as seguintes firmas:

PROCESSO 205/68-STC - Laura & Cia. Ltda.;
PROCESSO 857/71-STC - Viação Transbarreira Ltda.
- O Tribunal determinou diligência, de acôrdo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO 683/71 - Aposentadoria do servidor João Luiz da Paixão.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO 727/71 - Aposentadoria do servidora Maria das Dores Rocha Amaria.- O Tribunal determinou diligência, de acôrdo com o parecer da Procuradoria-Geral.

Relatados pelo Conselheiro Heráclio Salles

PROCESSO 911/71-STC - Notas de Empenho do Departamento de Educação Física e Recreação.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO 111/71-GDF - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor José Dalwan Loureiro Lima, no valor de Cr$ 500,00.- O Tribunal, tendo em vista o tempo decorrido — que impossibilita a reconstituição do processo extraviado — decidiu determinar o trancamento da prestação de contas e a baixa na responsabilidade do servidor.

Relatados pelo Auditor Jesus da Paixão Reis

Balanços patrimonial e financeiro e demonstrativos da despesa da Fundação do Serviço Social, referentes aos seguintes mêses:

PROCESSO 650/71 - julho de 1971;

PROCESSO 722/71 - agôsto de 1971.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

Prestações de contas das seguintes entidades:

PROCESSO 723/71 - Centro Espírita Fraternidade Allan Kardek - Cr$ 12.000,00;

PROCESSO 724/71 - Creche Núcleo Bandeirante - Cr$ 5.000,00.

- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO 208/71 - Tomada de contas do servidor Eric Pereira de Faria, referente ao exercício de 1970.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO 546/71 - Tomada de contas do servidor Amaury José de Aquino Carvalho e outros, referente ao exercício de 1970.- O Tribunal julgou regulares as contas dos administradores e ordenou se lhes expedissem as provisões de quitação.

Comprovações de adiantamentos concedidos aos seguintes servidores:

PROCESSO 715/71 - Cesar Eduardo Enriquez Rozas-Cr$ 9.000,00;

PROCESSO 717/71 - Lindolfo Roberly de Aquino e Moura - Cr$ 31.650,00.

- O Tribunal determinou a devolução dos processos à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, nos têrmos do seguinte parecer do Relator:

" Ao proceder contra as normas de Direito Financeiro, torna-se o servidor passível de sanção.

Não tendo havido prejuízo, nem benefício para a Fundação, figura-se-me não caber reposição de quantias irregularmente aplicadas, pois isso configuraria enriquecimento sem causa por parte da entidade.

Restam as penas disciplinares e as multas especiais, que poderão ser impostas isoladas ou acumulativamente, a critério da autoridade competente, ponderando a gravidade da falta.

No caso, a entidade já aplicou ao servidor a pena de repreensão e se determinou a substituição dos servidores faltosos que estiveram exercendo Emprêgo em Comissão, sanções essas que se nos afiguram suficientes.

Em conseqüência, sou pela devolução dos processos à entidade, esclarecendo que êste Tribunal nada tem a observar, pois a Fundação, no caso, procedeu com zêlo e eficiência."

Relatados pelo Auditor Luiz Zaidman

PROCESSO 738/71 - Prestação de contas do Sociedade Musical Filarmônica Nossa Senhora Conseladora, no valor de Cr$ 3.000,00.- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO 573/71 - Tomada de contas do servidor Agenário Ribeiro Cabral, referente ao exercício de 1970.- O Tribunal julgou o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal e ordenou se lhe expedisse a respectiva provisão de quitação.

PROCESSO 677/71 - Tomada de contas do servidor Julio Marcelino da Silveira, referente ao período de 1º de janeiro a 6 de março de 1971.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO 893/71-STC - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Wolfredo Isaac, no valor de Cr$ 2.500,00.- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao adiantamento e ordenou a baixa na responsabilidade do servidor.

PROCESSO 745/67 - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor José Airton Cabral, no valor de Cr$ 30.000,00.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, para as providências devidas.

Comprovações de adiantamentos concedidos aos seguintes servidores:

PROCESSO 716/71 - Antônio Jácome de Medeiros - Cr$ 40.000,00;

PROCESSO 718/71 - Lindolfo Roberly de Aquino e Moura - Cr$ 283.350,00.

- O Tribunal determinou diligência, de acôrdo com as informações da Inspetoria-Geral.

PROCESSO 726/71 - Balancetes patrimonial e financeiro da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central-CODEPLAN, referentes ao mês de setembro de 1971.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

Representações da Inspetoria-Geral, em que se solicita relação dos administradores responsáveis pelas seguintes entidades:

PROCESSO 930/71-STC - Companhia de Água e Esgotos de Brasília;

PROCESSO 931/71-STC - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-TCB.

- O Tribunal decidiu requisitar a relação dos administradores responsáveis pelas referidas entidades.

Nada mais havendo a tratar, às 19 horas, o Presidente declarou encerrada a Sessão e ordenou a lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, vai subscrita por mim, JOMAR MACIEL PIRES , Secretário e assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral.

JOSÉ WAMBERTO
CYRO VERSIANI DOS ANJOS
GERALDO FERRAZ
HERÁCLIO SALLES
SALVADOR DINIZ
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

ATA DA 1088ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 9 dias do mês de novembro de 1971, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros Cyro Versiani dos Anjos, Geraldo Ferraz, Heráclio Salles, Salvador Diniz, os Auditores Jesus da Paixão Reis, Luiz Zaidman, o Procurador-Adjunto, Doutor Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro José Wamberto, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1087ª Sessão Ordinária.

JULGAMENTOS

Relatados pelo Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos

PROCESSO 692/71 - Aposentadoria do servidor Antônio Faustino Machado.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

Ofício do Sr. Secretário de Administração, em que se comunica cancelamento das seguintes Notas de Empenho:

PROCESSO 739/71 - NE 398/71-DN;

PROCESSO 742/71 - NE 935/71-DN.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução da 2ª via das NE em questão.

PROCESSO 1067/70-STC (apensos: proc. 1066/70-STC) - Representação da Inspetoria-Geral em que se solicita o encaminhamento, à Côrte, de tomadas de contas do responsável por material da Secretaria de Segurança Pública, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Distrito Federal.- O Tribunal decidiu requisitar diretamente aos órgãos, relativamente aos exercícios, os dados solicitados.

Relatados pelo Conselheiro Geraldo Ferraz

Contratos de compra e venda firmados entre o Distrito Federal e as seguintes pessoas:

PROCESSO 927/71-STC - José de Souza Filho;

PROCESSO 928/71-STC - Geraldo Lucrécio.

- O Tribunal decidiu aprovar os contratos.

PROCESSO 1349/69-STC (apensos: proc. 6/70-STC) - Contrato de locação de imóvel firmado entre o Distrito Federal e a Fundação das Pioneiras Sociais.- O Tribunal decidiu aprovar o contrato e considerar correta a classificação da despesa dêle decorrente.

Relatados pelo Conselheiro Heráclito Sales

PROCESSO 733/71 - Decreto nº 1825, que abre Crédito Suplementar em favor da Secretaria de Serviços Públicos, no valor de Cr$ ..... 73.000,00.- O Tribunal decidiu aprovar o crédito em questão.

PROCESSO 481/71-STC - Contrato de empreitada global firmado entre o Distrito Federal e a firma Serail Construções e Comércio Ltda.- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO 732/71 - Ofício do Sr. Secretário de Administração em que se comunica cancelamento da NE 403/71-DN.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução da 2ª via da NE em questão.

Requerimentos de inscrição para o concurso de Assistente Técnico dêste Tribunal, das seguintes pessoas:

PROCESSO 959/71-STC - José Roberto de Paiva Martins;

PROCESSO 960/71-STC - Francisco Pereira Filho.

- O Tribunal decidiu prorrogar o prazo de inscrição para o concurso, até o dia 29 de fevereiro de 1972.

Votou o Presidente, por se tratar de matéria administrativa.

PROCESSO 965/71-STC - Representação da Diretoria-Geral, em que se solicita alteração no orçamento analítico da Côrte.- O Tribunal aprovou a alteração do analítico, na forma sugerida pela Diretoria-Geral.

Absteve-se de votar o Conselheiro Salvador Diniz.

PROCESSO 315/71-STC - Notas de Empenho da Região Administrativa-I-Brasília e outros.- O Tribunal acolheu a diligência proposta no item b da instrução da Inspetoria-Geral, dispensando as demais sugestões por envolverem matéria de conveniência e oportunidade da Administração.

PROCESSO 895/71-STC - Representação da Diretoria-Geral sôbre contratação de pessoal.- O Tribunal decidiu, preliminarmente, dentre as alternativas sugeridas, rejeitar a referente à contratação de emprêsa especializada, por serem altamente onerosos os preços propostos e não se comportarem nas disponibilidades orçamentárias da Côrte.

Relatados pelo Conselheiro Salvador Diniz

Notas de Empenho das seguintes entidades:

PROCESSO 905/71-STC - Secretaria de Viação e Obras;

PROCESSO 906/71-STC - Secretaria de Governo;

PROCESSO 705/70-STC - Secretaria de Administração.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO 709/71-STC - Aditamento ao têrmo de permissão de utilização de área firmado entre o Distrito Federal e a emprêsa. Carmela Patti Salomão.- O Tribunal tomou conhecimento do aditivo.

PROCESSO 253/68-STC - Têrmo de ocupação de área firmado entre o Distrito Federal e a firma Genaro Rodrigues Cardeira.- O Tribunal, em face dos esclarecimentos prestados pela Administração da Estação Rodoviária de Brasília-AERB, decidiu, com referência a todos os contratos de ocupação de áreas da Estação Rodoviária de Brasília, solicitar informações ao Sr. Secretário de Serviços Públicos, sôbre o cumprimento de cláusulas contratuais, alusivas à caução.

PROCESSO 1295/70-STC (apensos: processos 1259, 1261, 1295 e 1306/70-STC) - Contratos de prestação de serviços firmados entre o Distrito Federal e o Dr. Waldemar Gagno e outros.- Havendo pedido vista e Conselheiro Heráclito Salles, foi adiada a votação da matéria.

Relatado pelo Auditor Jesus de Paixão Reis

PROCESSO 745/71 - Contrato de locação de imóvel firmado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB e Obras de Educação e Assistência Social da Paróquia de Planaltina.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.

Relatados pelo Auditor Luiz Zaidhan

PROCESSO 705/71 (apensos: proc. 878/71-STC e 711/71) - Ofício do Sr. Superintendente da Sociedade de Abastecimento de Brasília-SAB, em que se justifica o não encaminhamento, à Côrte, de prestação de contas daquela entidade referente ao exercício de 1 970 e se solicita prorrogação de prazo para tal apresentação.- O Tribunal decidiu conceder o prazo solicitado.

PROCESSO 242/71 - Consulta do Sr. Secretário do Govêrno quanto à manutenção ou alteração de preceitos contidos nas Normas para Execução Orçamentária no exercício de 1971.- O Tribunal decidiu responder à consulta nos têrmos do seguinte parecer do Relator:

"Exmos.— 1. Consulta sôbre modificação de normas regulamentares de que resultou ampliação do número de autoridades competentes para a administração de créditos.

2. Questão de conveniência e oportunidade que refoge, em razão de sua natureza, à área de decisão do Tribunal, cabendo seja relevante para a eficácia do controle externo de finanças. Cabimento, por isso, de considerações que possam contribuir para a solução governamental.

3. Nenhuma dificuldade de controle, seja interno, seja externo, pode, em tese, justificar mudança de atividade pública necessária.

RELATÓRIO

O Exº Sr. Secretário do Govêrno consulta sôbre normas regulamentares relativas à distribuição de competência para administração de créditos e, decorrentemente, para autorização e empenho de despesas. Reporte-se a haver o Decreto nº 1.579, de 29 de dezembro de 1970, que aprovou "normas para execução orçamentária no exercício de 1971", estendido aquela competência, antes privativa dos dirigentes de unidades orçamentárias, aos Coordenadores dos Sistemas de Pessoal e de Material e ao Diretor do Departamento da Despesa. A ampliação, segundo informa o douto consulente, conduziu a Secretaria de Finanças, por sua Coordenação do Sistema de Contabilidade, a tecer considerações sôbre os óbices advindos particularmente do aumento do número de tomadas anuais de contas e a pleitear a restauração do critério anterior, sem prejuízo para a almejada descentralização de serviços, alcançável mediante delegação de atribuições a servidores da própria unidade orçamentária.

Na consulta, afirma-se, outrossim, que a alteração advogada, por envolver questão de relevância para o contrôle externo da administração financeira, ficará na dependência do pronunciamento dêste Tribunal, "cujas decisões e resoluções", salienta o eminente Secretário, "muito forem conducentes à normalização e bom funcionamento do complexo da administração financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal".

Tendo em vista que, no corrente ano, a referida distribuição de competência já produziu o efeito de tornar indispensável as tomadas de contas dos novos ordenadores de despesas e que, portanto, qualquer solução só poderia atingir o objetivo pretendido no próximo exercício Financeiro, deixamos de conferir caráter preferencial à tramitação da presente consulta.

PARECER

Conforme ressalta da exposição acima resumida, não se trata de tese de legalidade. Nem a solução adotada no Decreto nº 1.579, citado, nem a modificação pretendida encerram infração ao ordenamento vigente. Ambas as opções constituem matéria estritamente de conveniência e oportunidade para a Administração e, por isso, insuscetível de impugnação dêste Tribunal.

Qualquer análise, assim, há de partir da premissa de que os métodos, instrumentos e atividades de contrôle devem amoldar-se às necessidades da estrutura e do funcionamento administrativo. Nenhuma dificuldade de contrôle, seja interno, seja externo, pode, em tese, justificar mudança de atividade pública necessária.

No caso em tela, as normas impugnadas, embora houvessem voltado sôbre serviço administrativo instrumental — o processamento da despesa pública —, visaram, evidentemente, não só a descongestionar a ação da cúpula administrativa, como também a possibilitar a altas dirigentes, responsáveis por sistemas de atividades auxiliares, na forma prevista pelo art. 30 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a autonomia essencial ao eficaz desempenho de suas funções.

A consulta espelha atenção e zêlo do Poder Executivo no sentido da obtenção da "condições indispensável para assegurar eficácia do contrôle externo", em consonância com o art. 71, I, da Constituição.

Vem cabimento, por isso, as presentes considerações, com o escopo de contribuir para a solução a acolher entre alternativas que, em razão de sua natureza, refogem à área de decisão da Côrte.

Em face do exposto, proponho se responda à consulta nos têrmos dêste parecer".

Antes de encerrada a Sessão, o Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos sugeriu fôsse alterada a redação do art. 42 do Regimento Interno do Tribunal, para a seguinte: " Encerrada a discussão, qualquer dos membros do Plenário poderá solicitar vista do processo, cuja devolução deverá ser feita até a segunda sessão ordinária que se seguir".

Finalmente, o Sr. Presidente sugeriu e foi aprovada a designação do dia 7 de dezembro próximo para eleição do presidente e vice-presidente da Côrte.

Nada mais havendo a tratar, às 18 horas, o Presidente declarou encerrada a Sessão e ordenou a lavratura da presente ata, que lida e achada conforme, vai subscrita por mim, JOMAR NACIEL PIRES, Secretário e assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Adjunto.

JOSÉ WAMBERTO
CYRO VERSIANI DOS ANJOS
GERALDO FERRAZ
SALVADOR DINIZ
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

CONTRATOS E CONVÊNIOS

RENOVAÇÃO DO TÊRMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADA A FIRMA MAC-COMÉRCIO E PUBLICIDADE LTDA.. Na forma abaixo.

Aos 30 dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e um (1971), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o Govêrno do Distrito Federal, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de poderes do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 21.001/70, e, do outro lado, a Firma MAC-COMÉRCIO E PUBLICIDADE LTDA., no ato representada pelo seu Procurador, Senhor HAMILTON DE LEMOS MATTA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, assinou-se esta Renovação do Têrmo de Ocupação, firmado entre o DISTRITO FEDERAL e a Firma MAC-COMÉRCIO E PUBLICIDADE LTDA., em 29 de dezembro de 1967 doravante denominadas OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar a presente Renovação, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Renovação do Têrmo de Ocupação firmado entre o OUTORGANTE e a OUTORGADA, em 29 de dezembro de 1.967, será firmada em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964. CLÁUSULA SEGUNDA - Esta Renovação compreende a dependência denominada por BOX 1.07. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização, por escrito do OUTORGANTE, sendo que qualquer benfeitoria, fica desde logo incorporada ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de Bar, Café, Sucos de Frutas, Sanduíches, Tabacaria, Vitaminas, Refrigerantes, Doces e Salgados em geral, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto dêsta Renovação do Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - Pertencem ao OUTORGANTE os aparelhos por êle instalados, os quais devem ser mantidos e entregues, pela OUTORGADA em perfeito estado de conservação, no término ou rescisão da presente Renovação do Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento Geral da Estação Rodoviária, do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante dêste acôrdo, bem como às instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento do Regulamento Geral da Estação Rodoviária, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de (um) 1, salário mínimo regional, ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior será cobrada em dôbro. A presente Renovação será rescindida sem que caiba direito de indenização à OUTORGADA, caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente, inconveniente ao interêsse público. CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA, às despesas com energia elétrica, telefone, gás, água e esgôtos, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas e da cota à parte que lhe couber em rateio pelo consumo de energia elétrica nos locais de acesso à área objeto dêsta Renovação. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE a partir de 1º de setembro, de 1.971, uma taxa mensal de ocupação no valor de Cr$ 421.07 (quatrocentos e vinte e um cruzeiros e noventa e sete centavos), até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da taxa de ocupação estipulada na cláusula anterior, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A vigência do presente Têrmo de Renovação, é de 2 (dois) anos a partir do dia 1º de setembro de 1.971, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio de acôrdo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie que, por acaso, ocorrerem nas instalações e demais objetos existentes na área aludida na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação da área concedida pelo OUTORGANTE, ficarão a cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas casas de melhor conceito, de modo especial quanto à higiene, não podendo a OUTORGADA cobrar, pelas mercadorias que vender, preço superior ao do comércio estabelecido na Cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação, pela OUTORGADA, de qualquer das cláusulas dêsta Renovação de Têrmo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A presente Renovação de Têrmo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA - A OUTORGADA, depositará no Banco Regional de Brasília - Agência Central, a importância de Cr$ 658,41 (seiscentos e cincoenta e oito cruzeiros e quarenta e um centavos), a título de complemento de Caução. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A presente Renovação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Correrão por conta da OUTORGADA tôdas as despesas decorrentes da lavracura e publicação dêsta Renovação do Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinada pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pela OUTORGANTE; (a.) PAULO DA FONSECA VIANA PELA OUTORGADA; (a.) HAMILTON DE LEMOS MATTA; Testemunhas; (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO e (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 03, de 335/322 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

Brasília, 30/09/971

PAULA NÉY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1º SUBPROCURADOR-ADJUNTO

VISTO:
Em 1/11/71

EMMANUEL P. MENDES LYRA
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQS. 202, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos cinco (05) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do Distrito Federal, situada na SQS. 202, na conformidade do Disposto no Artigo 24 da Lei Nº4 545 de 10 de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos Senhor Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 27 092/70, e do outro lado, o Senhor JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada na SQS.202 destinada a instalação de uma banca de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO ÚNICO- A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras Leis. CLÁUSULA SEGUNDA- O AUTORIZADO montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo, uma banca de jornais e revistas, metálica, pré-fabricada, do tipo JLR-BPR 1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA- O AUTORIZADO obriga-se a manter a banca de jornais e revistas a que se refere a cláusula anterior, com as caracteristicas constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO- A desobediências as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: I) pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II) a cobrança da multa retroreferida em dôbro; no caso de reincidência; III) cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ão AUTORIZADO, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO- As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA- O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 216,00 (duzentos, e dezesseis cruzeiros) até o décimo (10º) dia do mês subseqüente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº4 380, de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da taxa de ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA- O DISTRITO FEDERAL reterá a título de caução, a importância de Cr$ 108,00 (cento e oito cruzeiros) depositados pelo AUTORIZADO, nos têrmo do regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA- O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA- Esta Autorização é outorgada em caráter precário, assim, o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imóvel, dêle retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelado para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente têrmo no órgaõ oficial "Distrito Federal", correrão por conta ao AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA- O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Nº1 653/71,e o Edital Nº11/70-C.C.S.S.P., passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado me tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito-Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já menciodas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo AUTORIZADO: (a.) JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA. Testemunhas: (a.)Geraldo Antônio de Medeiros Calado, e (a.) Rita de Cássia Amorim da Silva.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraida do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 10, fls. 247/249 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 03/11/1971.

VISTO: Em 2/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1a. SUBPROCURADORIA — DSSSS

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AV. W/3-SUL.QUADRA 513 BLOCOS -B e C, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos quatro (04) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), fimou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do Distrito Federal, situada na Av. W/3-Sul- Quadra 513 Blocos B e C, na conformidade do Disposto no Artigo 24 da Lei Nº4 545 de 10 de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos Senhor Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº27 092/70, e do outro lado, o Senhor FRANCISCO ABREU, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA-O Distrito Federal autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada na Av. W/3-Sul-Quadra 513 Blocos B e C, destinada a instalação de uma banca de Jornais, Revistas e Similares, PARÁGRAFO ÚNICO- A ocupaçaõ de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA- O AUTORIZADO montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo, uma banca de jornais e revistas, metálica, pré-fabricada, do tipo BPR/1-2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA- O AUTORIZADO obriga-se a manter a banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as caracteristicas constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada.CLÁUSULA QUARTA- O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito-Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO- A desobediências as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: I) pagamento da multa no valor de um (01)salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II) a cobrança da multa retroreferida em dôbro, no caso de reincidência; III) cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos, com a conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ao AUTORIZADO, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO- As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA- O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de ocupação mensal no valor de Cr$ 129,60 (cento e vinte e nove cruzeiros e sessenta centavos) até o décimo (10º) dia do mês subsqüente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº4 380, de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso no pagamento da taxa de ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA- O Distrito Federal reterá a título de caução, a importância de Cr$ 64,80 (sessenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos)depositados pelo AUTORIZADO, nos têrmos do regulamento aprovado pelo Decreto Nº1 653/71, CLÁUSULA SÉTIMA- O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA- Esta Autorização é outorgada em caratêr precário, assim, o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imóvel, dêle retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelado para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- O AUTORIZADO desocupará também à área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão ; sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente têrmo no Órgão Oficial "Distrito Federal" correrão por conta do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Nº1 653/71 e o Edital Nº11/70-C.C.S.S.P, passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo AUTORIZADO: (a.) FRANCISCO ABREU; Testemunhas: (a.) Geraldo Antônio de Medeiros Calado, e (a.) Rita de Cassia Amorim da Silva.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraida do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 10, fls. 244/246 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 04/11/1971.

VISTO: 4/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador-Chefe da 1a. Subprocuradoria-Geral

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQS. 203, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, Na forma abaixo.

Aos três (03) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do Distrito Federal, situada na SQS. 203, na conformidade do disposto no Artigo 24 da Lei Nº 4 545 de 10 de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos Senhor Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarado no Processo Nº27 092/70, e do outro lado, o Senhor JOÃO RODRIGUES LEITE, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada na SQS-203, destinada a instalação de uma banca de jornais , revistas e similares. PARÁGRAFO-ÚNICO- A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA- O AUTORIZADO montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo, uma banca de jornais e revistas, metálica, pré-fabricada, do tipo JLR-B/PR-1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga-se a manter a banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis, baixadas pelo *Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços* Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediências as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: I) - pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II) - a cobrança da multa retroreferida em dôbro, no caso de reincidência; III) - cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos,com a consequente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização à Autorizada, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no Órgão Próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma Taxa de Ocupação Mensal no valor de Cr$ 216,00 (duzentos e dezesseis cruzeiros) até o décimo (10º) dia do mês subsequente ao vencido, no Órgão Próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da Taxa de Ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei nº 4 380, de 21 de agôsto de 1964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso do pagamento da Taxa de Ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da Taxa de Ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL reterá a título de caução, a importância de Cr$ 108,00 (cento e oito cruzeiros) depositados pelo AUTORIZADO, nos têrmos do regulamento aprovado pelo Decreto nº 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - Esta Autorização é outorgada em caráter precário, assim, o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imóvel, dêle retirando a banca que colocou nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelado para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO - O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA - A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas com a publicação do presente têrmo no Órgão Oficial "DISTRITO FEDERAL" correrão por conta do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 1 653/71 e o Edital nº 11/70-CCSSP, passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Fôro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal, depois de lido e achado corforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo.Pelo Distrito Federal : (a) PAULO DA FONSECA VIANA; Pelo Autorizado: (a) João Rodrigues Leite; Pelas Testemunhas: (a) NANCY CARVALHO LIMA e (a) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraida do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.o 10, fls. 236/237 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 03/11/1971.

VISTO, Em 3/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1a. SUBPROCURADORIA — DSSSS

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AV. W/3 QUADRA-705 - SHIG-SUL, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA ' DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos três (3) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), firmou-se o presente' Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do Distrito ' Federal, situada na Av. W/3 Quadra 705-SHIG-SUL, na conformidade do Disposto no Artigo 24 da Lei Nº 4 545 de 10 de dezembro de 1 964,de um lado o Distrito Federal, représentado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Senhor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 27 092/70, e do outro lado, e Senhora LEANA CAMPOS PAIVA, brasileira, casada, jornaleira, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada-simplesmente AUTORIZADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA - PRIMEIRA- O Distrito Federal autoriza a ocupação pela AUTORIZADA,da área situada na Av.W/3 Quadra 705-SHIG-SUL, destinada a instalação' de uma banca para venda de jornais revistas e similares. PARÁGRAFO ÚNICO- A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA- A AUTORIZADA montará por sua conta na área objeto do presente Têrmo , uma banca de jornais e revistas, metálica, prê-fabricada, tipo BJ/3 segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA- A AUTORIZADA obriga-se a mantar a banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as caracteristicas constantes do projeto e em perfeito estado de consrvação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA- A AUTORIZADA obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste.- PARÁGRAFO PRIMEIRO- A desobediência as instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: 1)- pagamento da multa no valor de um (1) salário Mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II)- a cobrança da multa retroreferida em dôbro, no caso de reincidência;III)- cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos; com a conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qalquer direito de indenização a Autorizada, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO- As multas de que trata a presente cláusula, serão' recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no Estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA- A AUTORIZADA pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de Ocupação Mensal no valor de Cr$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros e quarenta centavos)até o décimo (10º) dia do mês subseqüente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4 380 de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso no pagamento da taxa de Ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA- O Distrito Federal reterá a título' de caução, a importância de Cr$ 43,20 (quarenta e três cruzeiros e vinte centavos) depositados pela AUTORIZADA, nos têrmos do regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA- Esta Autorização é outorgada em caráter precário, assim a AUTORIZADA, obriga-se a desocupar o imóvel, dele retirando a banca que colocou' nos têrmos da cláusula segunda, tão logo seja interpelada para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- A AUTORIZADA desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que a AUTORIZADA possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", correrão por conta da AUTORIZADA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado' pelo Decreto Nº 1 653/71, e o Edital Nº 11/70-C.C.S.S.P, passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Fica eleito o fôro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas ' cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito' legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes ' já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal ; (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela AUTORIZADA: (a.) LEANA CAMPOS PAIVA; Testemunhas: (a.) Rita de Cássia Amorim da Silva, e (a.) Geral do Antônio de Medeiros Calado.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10 fls. 209/213 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 03 / 11 / 1971

VISTO: Em 4/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

PAULA NEV FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NO SBS ENTRE OS EDIFÍCIOS BNDE/IRB, DESTINADA À INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS.
Na forma abaixo.

Aos três (03) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1.971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área, de domínio do Distrito Federal, situada no SBS entre os Edifícios BNDE/IRB, na conformidade do disposto no Artigo 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Senhor Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo nº 27.092/70, e, do outro lado, o Senhor MANUEL JORGE MARTO,portugues casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, autoriza a ocupação pelo AUTORIZADO, da área situada no SBS entre os Edifícios BNDE / IRB, destinada à instalação de uma banca para venda de Jornais, Revistas e Similares. PARÁGRAFO ÚNICO - A ocupação de que trata a presente cláusula, será feita a título precário e se regerá pela ' legislação que lhe é própria não ficando sujeita a disposição de outras leis. CLÁUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO montará por sua conta, na área objeto do presente Têrmo, uma Banca de Jornais e Revistas, metálica, prê-fabricada, do tipo JLR-B-PR-1/2-B-190042, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO se obriga a manter a Banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO - A desobediência às instruções baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal acarretará as seguintes penalidades: 1) pagamento de multa no valor de um (1) salário mínimo Regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; 2) a cobrança da multa retroreferida, em dôbro no caso de reincidência; 3) cassação da Autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos com a conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização ao AUTORIZADO, no caso de terceira infringência. PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA -O AUTORIZADO pagará ao Govêrno do Distrito Federal, a partir da data do início da exploração do comércio, uma taxa de ocupação mensal,no valor de Cr$ 216,00 (Duzentos e dezesseis cruzeiros), até o décimo (10º) dia do mês subseqüente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno DO Distrito Federal ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964,e acompanhará as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso do pagamento da taxa de ocupação acarretará uma multa no valor de 10% (dez por cento), calculada sôbre o valor da taxa de ocupação, independentemente da incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA - O DISTRITO FEDERAL, reterá a título de caução, a importância de Cr$ 108,00 (Cento e oito cruzeiros), depositados pelo AUTORIZADO nos têrmos do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.653/71. CLÁUSULA SÉTIMA - O presente Têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA OITAVA - Esta autorização é outorgada em caráter precário. Assim o AUTORIZADO obriga-se a desocupar o imóvel, dêle - retirando a Banca que colocou nos Têrmos da cláusula segunda - tão logo seja interpelado para o fazer.PARÁGRAFO ÚNICO - O AUTORIZADO desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos (24) vinte e quatro meses, contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA - A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente Têrmo, implicará em sua imediata rescisão, sem que o AUTORIZADO possa exigir quaisquer indenizações.CLÁUSULA DÉCIMA - As despesas com a publicação do presente Têrmo no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL" correrão por conta do AUTORIZADO.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Exploração de Bancas de Jornais e Revistas no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 1653/71 e o Edital nº 011/70-C.C.S.S.P., passam a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o fôro de Brasília - Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (a) PAULO DA FONSECA VIANA; pelo AUTORIZADO:(a) MANUEL JORGE MARTO; pelas testemunhas: (a) NANCY CARVALHO LIMA; e (a) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 11 fls. 1/2 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 4 / 11 / 1971

VISTO: Em 4/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

PAULA NEV FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TÊRMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA AV. W/3 - SUL QUADRA 703 - SHIG, DESTINADA A INSTALAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS. Na forma abaixo.

Aos quatro (04) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1 971), firmou-se o presente Têrmo de Autorização para ocupação de área de domínio do Distrito Federal, sitada na Av. W/3 - Sul Quadra 703-SHIG, na conformidade do Disposto no Artigo 24 da Lei Nº4 545 de 10 de dezembro de dezembro de 1 964, de um lado o Distrito Federal, representado nêste ato pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Senhor Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº27 092/70, e do outro lado, a Senhora TERESINHA VERAS ALVES,brasileira, casada, jornaleira, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada simplesmente AUTORIZADA, resolvem firmar o presente Têrmo de Autorização' de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA- O Distrito Federal autoriza a ocupação pela AUTORIZADA, da área situada' na Av. W/3 Quadra 703/SHIG-SUL, destinada a instalação de uma banca para venda de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO ÚNICO- A ocupação de que trata a presente cláusula será feita a título precário e se regerá pela legislação que lhe é própria, não ficando sujeita a disposições de outras Leis. CLÁUSULA SEGUNDA- A AUTORIZADA montará por sua ' conta na área objeto do presente Têrmo uma banca de Jornais e Revistas, metálica, prê-fabricada, tipo JLR-BPR 1/2, segundo modêlo aprovado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras. CLÁUSULA TERCEIRA- A AUTORIZADA obriga-se manter a banca de Jornais e Revistas a que se refere a cláusula anterior, com as caracteristicas constantes do projeto e em perfeito estado de conservação,correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer' nas instalações ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA QUARTA- A AUTORIZADA obriga-se, outrossim, a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos, as instruções que lhes forem aplicáveis baixadas pelo Govêrno do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar o presente ajuste. PARÁGRAFO PRIMEIRO- A desobediência as instruções baixadas' pelo Govêrno do Distrito Federal, acarretará as seguintes penalidades: 1)pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao Govêrno do Distrito Federal, quando da primeira infração; II) a cobrança da multa retrofeferida em dôbro, no caso de reincidência; III) cassação da autorização por ato do Secretário de Serviços Públicos; com a ' conseqüente rescisão automática do ajuste, sem qualquer direito de indenização à Autorizada, no caso de terceira infrigência. PARÁGRAFO SEGUNDO- As multas de que trata a presente cláusula, serão recolhidas no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal, ou no Estabelecimento ' bancário por êle indicado. CLÁUSULA QUINTA- A AUTORIZADA pagará ao Govêrno do Distrito Federal a partir da data do inicio da exploração do comércio, uma taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 86,40 (oitenta e seis cruzeiros e quatenta centavos) até o décimo (10º) dia do mês subseqüente ao vencido, no órgão próprio do Govêrno do Distrito Federal , ou no estabelecimento bancário por êle indicado. PARÁGRAFO PRIMEIRO- O valor da taxa de ocupação fixada na presente cláusula, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4 380 de 21 de agôsto de 1 964, e acompanhará as laterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. PARÁGRAFO SEGUNDO- O atraso no pagamento da taxa de Ocupação acarretará uma multa no valor de ' 10% (dez por cento) calculada sôbre o valor da taxa de Ocupação, independentemente de incidência de mora. CLÁUSULA SEXTA- O Distrito Federal reterá a título de caução, a importância de Cr$ 43,20 (quarenta e três cruzeiros e vinte centavos) depositados pela AUTORIZADA, nos têrmos do regulamento aprovado pelo Decreto Nº 1 653/71. CLÁUSULA SÉTIMA- O presente têrmo não poderá ser cedido no todo ou em parte, salvo se houver prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA Esta Autorização é outorgada em caráter precário, assim a AUTORIZADA , obriga-se a desocupar o imóvel, dele retirando a banca que colocou nos têrmos da claúsula segunda, tão logo seja interpelada para o fazer. PARÁGRAFO ÚNICO- A AUTORIZADA desocupará também a área, independentemente de interpelação, decorridos 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura dêste documento. CLÁUSULA NONA- A inadimplência de qualquer das cláusulas do presente têrmo, implicará em sua imediata rescisão , sem que a AUTORIZADA possa exigir quaisquer indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA- As despesas com a publicação do presente têrmo no órgão oficial- "Distrito Federal", correrão por conta da AUTORIZADA. CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA- O Regulamento para exploração de Banca de Jornais e Revistas, no Distrito Federal, aprovado pelo Decreto Nº1 653/71, e o Edital Nº 11/70-C.C.S.S.P, passa, a fazer parte integrante do presente ajuste, como se nêle transcrito fôsse. CLÁUSULA DÉCINA SEGUNDA- Fica eleito o fôro do Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias' datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a.) PAULO DA FONSECA VIANA; Pela AUTORIZADA: (a.) TEREZINHA VERAS ALVES; Testemunhas: (a.) Rita de Cássia Amorim da Silva, e (a.) Geraldo Antônio de Medeiros Calado.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10 fls. 233/234 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 04 / 11 / 1971

VISTO: Em 4/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria Geral

PAULA NEV FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TÊRMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL, E, COMO OUTORGADA A FIRMA ' VIAÇÃO ITAPEMERIM S/A. Na forma abaixo.

Aos três (03) dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um (1971), assinou-se êste Têrmo ' de Ocupação, de um lado o Govêrno do Distrito Federal, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no processo nº 2 125/71, e, do outro lado a firma VIAÇÃO ITAPEMERIM S/A, com sede no S.I.A. - Trecho 1, lotes 10/40, Brasília - DF, no ato representada pelo seu procurador, Senhor WALDEMIRO FRANCISCO SORTE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGADA e OUTORGANTE, resolvem firmar o presente Têrmo de Ocupação de Área, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Têrmo de Ocupação ' será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24 da Lei nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Êste Têrmo de Ocupação compreende as dependências denominadas por GUICHETS nºs ' 3.04 e 3.06. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE, sendo que qualquer benfeitoria fica desde logo incorporada ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de passagens rodoviárias fazendo-o exclusivamente , ' objeto dêste Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - Pertencem ao OUTORGANTE, os aparelhos por êle instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues pela OUTORGADA, em perfeito estado de conservação, no término ou rescisão do presente Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus' prepostos e empregados, o Regulamento Geral da Estação Rodoviária, ' do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante dêste acôrdo, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O não cumprimento do Regulamento Geral da Estação Rodoviária, ' obrigará a OUTORGADA ao pagamento da multa no valor de um (1) salário mínimo regional ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior será cobrada em dôbro, o Têrmo de Ocupação será rescindido, sem que caiba direito de indenização a OUTORGADA, caso venha a ocorrer' terceira incidência aos dispositivos do Regulamento Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Estação Rodoviária, de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interêsse público. CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA as despesas com enèrgia elétrica, telefone, gãs, água e esgotos, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas, e, da quota a parte que lhe couber em rateio pelo consumo de energia elétrica nos locais de acesso ã área objeto dêste Têrmo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir da data de publicação dêste Têrmo no órgão oficial "Distrito Federal", uma taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 648,00 (sis - centos e quarenta e oito cruzeiros) , até o décimo dia após o vencimento de cada mês. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da taxa de Ocupação Mensal estipulada na cláusula anterior, será reajustável ' na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei nº ' 4 380, de 21 de agôsto de 1964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A vigência do presente Têrmo de Ocupação é de dois (2) anos, sem prejuízo' da precariedade prevista na cláusula primeira da concessão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento' o seu local de comércio, de acôrdo com as necessidades da Estação ' Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie que, por acaso ocorram nas instalações e demais objetos existentes na área aludida' na cláusula segunda, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação da área concedida pelo OUTORGANTE, ficarão a cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas casas de melhor conceito, de modo especial quanto a higiene,' não podendo a OUTORGADA cobrar pelas mercadorias que vender prêço ' superior ao do comércio estabelecido na cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação pela OUTORGADA, de qualquer das cláusulas dêste Têrmo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao pagamento de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Têrmo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA - A OUTORGADA depositará no Banco Regional de Brasília- Agência Central, uma caução equivalente a três (3) meses correspondentes ao valor da Taxa de Ocupação, como garantia dêste. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O presente Têrmo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Correrão por conta da Outorgada tôdas as despesas decorrentes da lavratura e publicação dêste ' Têrmo de Ocupação . CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o fôro de Brasília - DF, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao ' cumprimento do presente instrumento. E, assim justos e de acôrdo para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas sete (7) cópias ' datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, ' depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal; (a) PAULO DA FONSECA VIANA. Pela OUTORGADA; (a) WALDEMIRO FRANCISCO SORTE. ' Testemunhas: (a) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA, e (a) NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

C [illegible]

[illegible] 10 29/23

[illegible] 03/12/1971

VISTO:
Em 4/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da
1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEV FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registros e
de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

RENOVAÇÃO DO TÊRMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA, PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL E COMO OUTORGADA A FIRMA IRMÃOS FURTADO LTDa. (VIAÇÃO SANTA ISABEL). Na forma abaixo.

Aos 25 dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um (1971), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o Govêrno do Distrito Federal, no ato representado pelo seu Secretário de Serviços Públicos, Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de podêres do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 21.001/70, e, do outro lado, a Firma IRMÃOS FURTADO LTDa. (VIAÇÃO SANTA ISABEL), no ato representada pelo seu Sócio-Gerente, Senhor JOÃO BATISTA DE MELO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, assinou-se esta Renovação do Têrmo de Ocupação, firmado entre o Distrito Federal e a Firma IRMÃOS FURTADO LTDa. (VIAÇÃO SANTA ISABEL) em 8 de agôsto de 1.969, doravante denominadas simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar a presente Renovação, de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Renovação do Têrmo de Ocupação firmado entre o OUTORGANTE e a OUTORGADA, em 8 de agôsto de 1.969 será firmada em conformidade com o que estabelece o Artigo 24, da Lei Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1.964. CLÁUSULA SEGUNDA - Esta Renovação compreende a dependência denominada por GUICHÊ Nº 3.19. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência ora concedida, sem prévia aprovação e autorização, por escrito do OUTORGANTE, sendo que qualquer benfeitoria fica desde logo incorporada ao imóvel, sem direito a retenção ou indenização em tempo algum. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de comércio de Passagens Rodoviárias, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto desta Renovação do Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - Pertencem ao OUTORGANTE os aparelhos por êle instalados, os quais deverão ser mantidos e entregues, pela OUTORGADA em perfeito estado de conservação, no término ou rescisão da presente Renovação do Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA SEXTA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos seus prepostos e empregados, o Regulamento Geral da Estação Rodoviária, do qual tem pleno conhecimento, que fará parte integrante dêste acôrdo, bem como às Instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA SÉTIMA - O ' não cumprimento do Regulamento Geral da Estação Rodoviária, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 1 (um) salário mínimo regional, ao OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, a multa prevista na cláusula anterior, será cobrada em dôbro. A presente Renovação será rescindida sem que caiba direito de indenização à OUTORGADA, caso venha a ocorrer terceira incidência aos dispositivos do Regulamento Geral da Estação Rodoviária. CLÁUSULA NONA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento, do recinto da Estação Rodoviária, de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente, inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA - São de inteira responsabilidade da OUTORGADA, as despesas com enérgia elétrica, telefone gás, água e esgôtos, bem como o pagamento de todos os impostos, taxas e ' da cota à parte que lhe couber em rateio pelo consumo de enérgia elétrica nos locais de acesso à área objeto dêste Renovação. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, a partir de 1º de outubro de 1.971, uma taxa de ocupação no valor mensal de Cr$ 324,00 (trezentos e vinte e quatro cruzeiros), até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O valor da taxa de ocupação, estipulada na cláusula anterior, será reajustável na conformidade do critério estabelecido no Artigo 5º da Lei Nº 4.380, de 21 de agôsto de 1.964. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A vigência do presente Têrmo de Renovação, é de 2 (dois), anos a partir do dia 1º de outubro de 1.971, sem prejuízo da precariedade prevista na cláusula primeira da Concessão. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A OUTORGADA, obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio de acôrdo com as necessidades da Estação Rodoviária. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O OUTORGANTE não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie que, por acaso, ocorrerem nas instalações e demais objetos existentes na área aludida na cláusula segunda., os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O asseio e a conservação da área concedida pelo OUTORGANTE, ficarão a cargo da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA, deverão ser executados com todos os requisitos observados nas casas de melhor conceito, de modo especial quanto à higiene, não podendo a OUTORGADA cobrar, pelas mercadorias que vender, preço superior ao do comércio estabelecido na Cidade. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A infração ou violação, pela OUTORGADA, de qualquer das cláusulas dêsta Renovação de Têrmo de Ocupação, importará na sua rescisão, sem que o OUTORGANTE se obrigue ao ' pagamento de indenizações. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - A presente Renovação de Têrmo de Ocupação não poderá ser transferida ou cedida no todo ou em parte, salvo se houver expressa anuência do OUTORGANTE. CLÁUSULA VIGÉSIMA - A OUTORGADA depositará no Banco Regional de Brasília - Agência Central, a importância de Cr$ 272,10 (duzentos e setenta e dois cruzeiros e dez centavos), a título de complemento de caução. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A presente Renovação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Correrão por conta da OUTORGADA tôdas as despesas decorrentes da lavratura e publicação dêsta Renovação de Têrmo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as ' suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias ' datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinada pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pela OUTORGANTE; (a.) PAULO DA FONSECA VIANA: Pela OUTORGADA; (a.) JOÃO BATISTA DE MELO: Testemunhas; (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIMM DA SILVA e (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO. EM TEMPO: Na - Cláusula Vigésima onde se lê: Cr$272,10(duzentos e setenta e dois cruzeiros e dez centavos), leia-se: Cr$ 302,10(trezentos e dois cruzeiros e dez centavos).

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 10, fls. 211/213 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 25 / 10 / 1971.

VISTO:
Em 4/11/1971

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da
1a. Subprocuradoria - Geral

PAULA NEV FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registros e
de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

TÊRMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA ETESCO ' S/A - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E CONSTRUÇÕES. Na forma abaixo.

Aos 27 dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e um (1971), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes de um lado, o Doutor PAULO DA FONSECA VIANA, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, representando o DISTRITO FEDERAL, conforme delegação de podêres, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, expressamente exarada no Processo Nº 500.478/71, e, do outro lado, a Firma ETESCO S/A - ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E CONSTRUÇÕES, estabelecida nesta Capital - Edifício das Pioneiras Sociais, sala 517, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, no ato representada pelo seu Procurador Senhor DAVIDSON MACHADO DE MORAIS, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Contrato de acôrdo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga a construir para o DISTRITO FEDERAL, sob regime de empreitada por ' preço unitário, cento e quarenta e um (141) depósitos de lixo de varrição distribuídos no Plano Pilôto de Brasília - Distrito Federal. PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obras partirão do estado atual do terreno, o que é do pleno conhecimento da CONTRATADA, até sua entrega definitiva, de acôrdo com o projeto, detalhes e especificações constantes do Processo Nº500.478/71. PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com materiais, mão-de-obra e demais encargos decorrentes da execução da obra, correrão por conta da CONTRATADA. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, se obriga a pagar à CONTRATADA, pelo serviços mencionados na cláusula anterior, a importância de cr$ 78.396,00 ' (setenta e oito mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros), resultante do preço unitário de Cr$ 556,00 (quinhentos e cincoenta e seis cruzeiros)por cada depósito de lixo de varrição. Os recursos para fazer face às despesas com a execução dos serviços constantes da cláusula primeira dêste Instrumento, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1.971, Lei Nº 5.641, de 3 de dezembro de 1.970, pelo seguinte Elemento 4.1.1.0 - Subelemento 02, conforme Nota de Empenho Nº 32/71, no valor de Cr$ 78.396,00 (setenta e oito mil, trezentos e noventa e seis cruzeiros), emitida pela Secretaria de Serviços Públicos. CLÁUSULA TERCEIRA O DISTRITO FEDERAL, efetuará o pagamento da importância mencionada na cláusula anterior, da seguinte forma:90% (noventa por cento) do valor total da obra, por ocasião do recebimento provisório e os restantes 10%(dez por cento) serão pagas após o seu recebimento definitivo. CLÁUSULA QUARTA - O prazo para conclusão das obras mencionadas na cláusula primeira, não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do recebimento pela CONTRATADA, da primeira via da Nota de Empenho ou Ordem de Serviços. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão por conta da CONTRATADA às despesas com a obtenção de qualquer licenças e outros documentos necessários ao início e execução das obras. PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se obriga ainda a recolher junto aos órgãos próprios, as importâncias relativas, às obrigações sociais, cuja comprovação será exigida por ocasião do pagamento da obra realizada. CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento ou simples ' condição dêste Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá importar na sua rescisão. Fica porém, estabelecido que a rescisão se dará automática e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extra-judicial, nos seguintes casos e ocorrências: a) falir ou dissolver-se; b) transferir, no todo ou em parte, o objeto dêste Contrato. sem a prévia anuência do DISTRITO FEDERAL, através da sua Secretaria de Serviços Públicos; c) não permitir o livre acesso da fiscalização do órgão interessado aos ser

viços, depósitos ou dependências onde se encontrarem materiais, utensílios, ferramentas, máquinas, equipamentos, etc., destinados à obra; d) nega-se a cumprir o ressarcimento de danos a terceiros, oriundos da execução da obra; e) não dar início à execução da obra dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do recebimento da primeira via da Nota de Empenho ou ordem de Serviço; f) paralizar a execução dos trabalhos, sem justificativa aceita pelo DISTRITO FEDERAL, através da sua Secretaria de Serviços Públicos, por um período igual ou superior a 20 (vinte) dias; g) recusar-se, expressamente a executar a obra, no todo ou em parte; h) deixar de fazer a entrega da obra até 30 (trinta) dias ulteriores ao prazo de execução, sem que haja justificativa aceita pelo DISTRITO FEDERAL. Êste Instrumento também poderá ser rescindido por mútuo acôrdo das partes contratantes. CLÁUSULA SEXTA - Caso a CONTRATADA não cumpra as obrigações assumidas nêste Contrato, ficará sujeita as seguintes penalidades: 1) multa de 0,3% (zero virgula três por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sôbre o valor da obra não realizada, quando a CONTRATADA deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida; 2) a multa de 10% (dezpor cento) sôbre o valor do Contrato, caso a CONTRATADA deixe de assina-lo dentro de 5 (cinco) dias contados a partir da data da entrega da convocação; 3) multa de 20% (vinte por cento) sôbre o valor da obra - não realizada, no caso de ser a CONTRATADA a responsável pela rescisão dêste Contrato; 4) suspensão do direito de licitar com o Govêrno do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, nos casos previstos no Artigo 59 e 60 do Decreto Nº 1.703, de 31 de maio de 1.971. CLÁUSULA SÉTIMA - O recebimento provisório da obra será feito por Comissão designada pelo Titular do órgão interessado, mediante requerimento da CONTRATADA, ao término dos serviços. PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento definitivo da obra e serviços será celebrado 60 (sessenta) dias após o recebimento provisório, uma vez atendidas tôdas as reclamações que porventura venham a ser feita pelo Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - O Edital Nº 58/71-TP-SEA, passa a integrar o presente Contrato, independentemente de transcrição. CLÁUSULA NONA - Correrão por conta da CONTRATADA, tôdas as despesas decorrentes da lavratura e publicação dêste Contrato, no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Instrumento. E, estando assim justos e de acôrdo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em tôdas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo, Pelo DISTRITO FEDERAL; (a.) PAULO DA FONSECA VIANA: Pela CONTRATADA; (a.) DAVIDSON MACHADO DE MORAIS: Testemunhas; (a.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA e (a.) GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS CALADO.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Contratos e Convênios Nº 10 às folhas 220/222 da Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 27/10/1971

PAULA NEY FIGUEIREDO
Chefe da Seção de Registro de Contratos e Convênios
1ª SUBPROCURADORIA - GERAL

VISTO:
EMMANUEL F. MENDES LYRIO
Procurador - Chefe da 1a. Subprocuradoria - Geral

Mi.Têrmo Convênio-DJ/SCL. 247/71

PROCESSO: 13.032

TÊRMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REGULANDO A ADMINISTRAÇÃO, PELA SEGUNDA PARA A PRIMEIRA, DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA ÁREA ONDE SE ENCONTRA LOCALIZADO O PRÉDIO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA QUE SE SEGUE:

Aos oito dias do mês de novembro de 1971, no Gabinete da Superintendência da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, presentes o Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura - Professor JÚLIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE MEDEIROS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, representando, na qualidade de seu Presidente, a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, doravante designada simplesmente FUNDAÇÃO e o Engenheiro DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, aqui representando, na qualidade de seu Superintendente, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, neste ato e instrumento designado simplesmente NOVACAP, com sede em Brasília, Distrito Federal, de conformidade com o disposto no artigo 3o., item 3o.. da Lei no. 2.874, de 19 de setembro de 1956 e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP em suas 788a. 676a. sessões, realizadas em 18-10-71 e 20-10-71, respectivamente, e pelo Conselho Diretor da FUNDAÇÃO em sua 198a. sessão, realizada em 27-08-71, resolvem firmar o presente convênio, regulando a administração, pela NOVACAP, das obras de urbanização da área onde se encontra localizado o prédio da Divisão de Serviços Gerais da Fundação Educacional do Distrito Federal, observada a Instrução de Serviço "N" NOVACAP 100/67, que fica fazendo parte integrante e inseparável do presente instrumento, na conformidade das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- A FUNDAÇÃO, por êste ato e instrumento, incumbe à NOVACAP a administração das obras de urbanização da área onde se encontra localizado o prédio da sua Divisão de Serviços Gerais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:- A NOVACAP, poderá, obedecidas as suas normas, contratar com terceiros, por empreitadas ou administração, total ou parcialmente, a realização das obras ou mesmo executar diretamente se assim julgar conveniente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - A NOVACAP poderá, inclusive, executar os serviços mencionados nesta cláusula, através de contratos em vigor, específicos para cada tipo de obra, desde que seja respeitado o limite do valor contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA- O valor do presente convênio é de Cr$... 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil cruzeiros). As despesas com a execução dos serviços referidos na cláusula PRIMEIRA do presente instrumento correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da FUNDAÇÃO - exercício de 1971.

CLÁUSULA TERCEIRA - A importância referida na cláusula anterior, de Cr$415.000,00 (quatrocentos e quinze mil cruzeiros) será entregue pela FUNDAÇÃO à NOVACAP em parcelas, após a publicação do presente convênio no órgão oficial, o Distrito Federal, respeitado o cronograma de desembolso da Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

CLÁUSULA QUARTA - A NOVACAP manterá o quantitativo recebido em conta corrente no Banco Regional de Brasília S.A., vinculada aos fins estipulados no presente convênio, reservando-se o direito de condicionar o início dos serviços, bem como o seu andamento, ao prévio recolhimento das importâncias programadas.

CLÁUSULA QUINTA - A FUNDAÇÃO dará, sempre que solicitada, sua assistência e fiscalizará junto a NOVACAP, através de representante credenciado, a execução dos serviços e obras.

CLÁUSULA SEXTA - A NOVACAP prestará contas à FUNDAÇÃO das importâncias que lhe forem entregues, uma vez terminada a execução do presente convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - Os serviços previstos na cláusula PRIMEIRA do presente instrumento serão realizados pela NOVACAP com observância das normas contidas no título XII do Decreto-Lei no. 200, de 25 de fevereiro de 1967 e de acôrdo com as normas em vigor na NOVACAP.

CLÁUSULA OITAVA - A NOVACAP fica dispensada do recolhimento da caução de garantia da boa execução dos serviços, nos têrmos do parágrafo 2o. , do artigo 770, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública.

CLÁUSULA NONA - O prazo de vigência do presente convênio será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua publicação no Órgão Oficial, o Distrito Federal, podendo ser prorrogado por concordância das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Fôro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes qualquer outro fôro que tenham, ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e convenidas, mandaram datilografar o presente instrumento em 7 (sete) vias, de igual teôr, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, a todo ato presentes, vai pelos contratantes assinado, que se obrigam a cumprí-lo e fazê-lo cumprir, por si e seus sucessores, tão inteiro e fielmente como nela se contém.

Brasília, ...

NICE DE MATTOS ALMEIDA
Testemunha

JULIO DE CASTILHOS CACHAPUZ DE ALMEIDA
PELA "FUNDAÇÃO"

DELPHO PEREIRA DE ALMEIDA
Pela "NOVACAP"

ALTEININE DE OLIVEIRA
Testemunha

EDITAIS E AVISOS

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA
"TÉCNICO DE CONTABILIDADE"

A Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB deseja contratar 5 (cinco) Técnicos de Contabilidade com o mínimo de 1 (um) ano de prática comprovada.
Os interessados devem procurar o Departamento de Administração da CEB, Via W/3, Q. 508, Bloco C, das 16 às 18 horas nos dias 16, 17 e 18 do corrente.

Departamento de Administração

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

AVISO

A JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL comunica ao público, o nôvo horário das sessões ordinárias de julgamentos que serão realizadas às têrças e quintas-feiras, às 16:00 horas, em sua sede localizada no Edifício Venâncio III - 5º andar - Setor de Diversões Sul.

Brasília, 04 de novembro de 1971.

IVAHYNA GÓES VIDAL
Chefe da Secretaria
Substituta

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, item I, dos Estatutos da Sociedade, convoca os senhores acionistas para se reunirem em **Assembléia-Geral Extraordinária** a ser realizada no dia 26 de novembro de 1971, às 16.00 horas, na sede social da CEB, à Av. W/3, SCR/Sul, Quadra 508, Bloco "C", nesta Capital, a fim de que sejam tratados os seguintes assuntos constantes da ordem do dia:
a) - cumprimento do que dispõe o artigo 17 dos Estatutos Sociais;
b) - alteração do art. 32 dos Estatutos Sociais; e
c) - assuntos gerais.

Brasília, 12 de novembro de 1971

ALOYSIO FARIA DE CARVALHO
- Presidente -

De novembro de 1969 a maio de 1971 o Serviço de Terraplenagem realizado em Taguatinga pelo Govêrno do Distrito Federal cobriu uma área de 1.128.000m2

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB -

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Superintendente da Companhia de Água e Esgôtos de Brasília - CAESB, usando da atribuição que lhe confere o artigo 16, parágrafo II, de seus Estatutos, convoca os Senhores Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 23 (vinte e três) de novembro de 1971, às 11:00 horas, em sua sede social, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, nesta Capital, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

a - Fixação da remuneração dos membros da Diretoria;
b - Assuntos de interêsse geral da Sociedade.

Brasília, 11 de novembro de 1971

LÚCIO GOMIDE LOURES
Superintendente

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - "SAB" -

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL Nº 9/71

Nos têrmos do item VIII do artigo 17 dos Estatutos Sociais da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A. - "SAB", ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem às 15 horas, do dia 23 de novembro de 1971, na sede provisória da emprêsa, situada no 4º andar do Bloco 11 da Esplanada dos Ministérios, nesta Capital, para tratar dos seguintes assuntos:

1) Remuneração da Diretoria.

Brasília, 10 de novembro de 1971

EDGAR PEDRO ROBERTO RIHL
Superintendente

JOÃO PEDRO MACEDO
Diretor

ELVÍDIO PINTO DE MORAES
Diretor

MANOEL PEREIRA DA SILVA
Diretor

G.D.F. - S.E.G.
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN
ASSEMBLÉIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Ficam convocados, na formá do disposto no item VIII, do art. 23 dos Estatutos Sociais, os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia-Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 23 de novembro de 1971, às 16:00 horas, na sede social provisória da CODEPLAN - Edifício do BNDE, 10º andar, Setor Bancário Sul de Brasília, Distrito Federal, a fim de deliberarem sôbre a seguinte ordem do dia:

1 - REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES;
2 - ELEIÇÃO DE DIRETOR;
3 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERÊSSE SOCIAL DA COMPANHIA.

Brasília, 10 de novembro de 1971

OCTÁVIO ODILIO DE OLIVEIRA BITENCOURT
Superintendente

GOVÊRNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 66/71-TP-SEA - PRODUTOS PARA LIMPEZA E HIGIENE
EDITAL Nº 67/71-TP-SEA - ÓLEO LUBRIFICANTE
EDITAL Nº 68/71-TP-SEA - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS

Informamos aos interessados que às 9:00, 14:00 e 15:00 horas do dia 29 de novembro do ano em curso, estará reunida a Comissão de Licitação, a fim de receber propostas para fornecimento do material acima indicado, conforme Editais de Tomadas de Preços nºs 66, 67 e 68/71-TP-SEA.
Os Editais e quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão do Material, situada no Edifício Seguradoras (IRB) - 1º andar - SBS - telefones 23-2653 e 23-6553.

Brasília, 12 de novembro de 1971

JOSÉ GERALDO DE LANA TÔRRES
Presidente da Comissão de Licitação

GÔVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
SERVIÇO DE PROMOÇÃO E ACESSO

EDITAL Nº 5/71-CSP

A COORDENADORA DO SISTEMA DE PESSOAL, da Secretaria de Administração, do Govêrno do Distrito Federal, convoca os funcionários abaixo relacionados, para, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação dêste Edital, comparecerem ao SERVIÇO DE PROMOÇÃO E ACESSO, localizado no Edifício Brasília, 11º andar, sala nº 1 102, afim de dar cumprimento ao disposto nos Decretos 871, de 26 de novembro de 1968, e 742,de 4 de junho de 1968, que regulamentam o instituto de promoção e acesso,nos quadros de pessoal civil do Distrito Federal.

O não cumprimento da presente convocação,implicará em prejuízo na referida promoção e acesso.

N O M E	CARGO	MATR.
Agenor Angelino Maranhão	Servente	16 613
Aldo Alvarenga	Mec.Mot. a Combustão	15 528
Amavel Martins de Melo	Trabalhador	17 035
Amparo dos Santos Abadia	Mec.Mot. a Combustão	15 530
Ananias Tôrres da Silva	Escrevente-Datilógrafo	14 856
Anastácio Mariano dos Santos	Trabalhador	2 352
Antônio Bernardino de Sá Filho	Téc. de Contabilidade	16 924
Antônio Cesário de Souza	Trabalhador	17 051
Antônio Cipriano da Silva	Pedreiro	16 332
Antônio de Castro	Serviçal	16 889
Antônio Joaquim Santana	Motorista	15 811
Antônio Marques de Oliveira	Carpinteiro	14 552
Arsênio Lino da Silva	Servente	12 591
Artur Gomes	Motorista	15 746
Caio César de Menezes Pinheiro	Of. de Administração	15 985
Célio Coimbra Bitencourt Contrim	Médico	15 663
Cícero Florentino de Almeida	Guarda	15 328
Dilson Xavier de Oliveira	Pedreiro	16 347
Elza Maria de Jesus Carvalho	Of. de Administração	15 990
Elza Santana Lagoa	Escriturário	15 020
Enéas José da Cunha	Mec.Mot. a Combustão	15 532
Eurípedes Santana	Serviçal	16 892
Expedito Cabral de Melo	Carpinteiro	14 615
Expedito Pereira Machado	Pedreiro	16 353
Ezequiel Ferreira Rodovalho	Guarda	15 263
Fernando José Nunes	Escriturário	15 024
Francisco Joaquim da Silva	Trabalhador	13 426
Francisco José dos Santos	Trabalhador	17 203
Francisco Rosendo Alves	Guarda	15 269
Francisco Sampaio de Carvalho	Of. de Administração	16 169
Geraldo Rosado Maia	Guarda	13 119
Hélio da Costa Ferreira	Motorista	15 761
Irazina Borges	Escriturário	15 208
Ivanildes Rosa de Castro	Escriturário	9 592
Ivo Caetano de Farias	Motorista	15 833
João Alves da Silva	Carpinteiro	14 933
João Martins da Silva	Operário Rural	11 706
João Ribeiro da Silva Sobrinho	Téc. de Contabilidade	16 925
Joaquim de Souza Lima	Trabalhador	17 290
Joaquim Francisco de Oliveira	Trabalhador	17 293
Joaquim Manoel dos Santos	Trabalhador	17 299
Jocícero Bezerra Silva	Elet. Instalador	13 379
José Alves Senna	Op. Equip. Telecomunic.	9 237
José Cardoso de Oliveira	Trabalhador	17 328
José da Cunha Júnior	Escriturário	15 035
José de Aquiar Scotti	Técnico de Micro-Ondas	13 264
José dos Santos	Pedreiro	16 378
José Gonçalves Machado	Carpinteiro	14 626
José Luiz da Silva	Elet. Instalador	14 767
José Rodrigues dos Santos	Trabalhador	17 384
José Tavares Ribeiro	Carpinteiro	14 631
José Tomaz de Souza	Téc. de Contabilidade	8 830
José Vieira da Cunha	Motorista	15 783
Luiz Carlos Cabral Pinheiro	Escriturário	15 041
Luiz Gonzaga de Souza	Serviçal	16 895
Luiz Paulo Soares de Vascencelos Chaves	Of. de Administração	15 999
Manoel Domingos dos Passos	Trabalhador	17 442
Manoel Ferreira	Mec.Mot. a Combustão	15 568
Manoel Gonçalves Ulhoa	Engenheiro	14 823
Manoel José da Silva	Trabalhador	17 447
Márcia Nery dos Santos	Telefonista	16 974
Márcio Villas Boas	Of. de Administração	16 002
Maria Remédios Pereira Silva	Telefonista	13 915
Mariano Andrelino da Silva	Guarda	298
Milton Faria Souza	Motorista	15 789
Milton Rodrigues de AGuiar	Servente	6 627
Onésio Pereira Gomes	Of. de Administração	16 006
Orlando Lasse	Assistente Comercial	10 221
Paulo Lopes de Oliveira	Apontador Fiscal	9 714
Raimundo Cardoso de Souza	Trabalhador	17 520
Raimundo Nonato da Silva	Guarda	15 413
Raimundo Pereira da Silva	Trabalhador	17 526
Raul Pereira Lopes	Trabalhador	17 529
Reinaldo de Souza Santos	Apontador Fiscal	13 475
Rinaldo de Souza Valença	Escriturário	2 252
Rômulo Carneiro de Abreu	Técnico Rural	16 960
Salvador da Costa	Trabalhador	17 536
Sebastião Ferreira	Trabalhador	17 543
Sebastião Jacques Selmann	Desenhista	14 755
Sérgio Alberto Iglesias Ribeiro	Escrevente Datilógrafo	3 555
Severino Quintino Bezerra	Trabalhador	17 553
Suriano Lopes Martins	Trabalhador	17 556
Vicente Carrazoni Filho	Escriturário	15 065
Waldir Ferreira de Souza	Guarda	15 312
Werner Max Kraus	Oficial de Administração	16 010
Zacarias Campos da Silva	Trabalhador	17 586

Brasília, 10 de novembro de 1971

LÉDA NASCIMENTO DE AGUIAR
Coordenadora do Sistema de Pessoal